



Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -
2ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2024 DO CONSELHO NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
[Gestão 2023-2025]

Data: 07 e 08 de maio de 2024

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF

Abertura e boas-vindas à 2ª Reunião Plenária Ordinária de 2024. A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, confirmou que o Plenário apresentava quórum mínimo para iniciar os trabalhos e aprovar propostas e deu continuidade à reunião apresentando a pauta prevista para os dois dias de trabalho. A Presidenta do Consea procedeu à leitura da **Pauta Proposta**: Dia 07/05/2024 – manhã, 09h00: Abertura e Boas Vindas; 09h05 – 09h15: Apresentação da agenda da plenária e aprovação das Atas das Reuniões Plenárias de 2023; 09h15 – 11h00: Mudanças climáticas, soberania e segurança alimentar e nutricional. 11h00 – 11h40: Saudação e pronunciamentos; 11h40 - 12h30min: Manifestações da Plenária. Dia 07/05/2024 – tarde, 14h00 – 14h40: Mudança do clima: visões e perspectivas a partir dos sujeitos de direito e territórios; 14h40 – 15h30: Manifestações da Plenária; 15h30 – 17h00: Apresentação dos resultados da EBIA; 17h00 – 17h30: Lei Orçamentária Anual 2025; 17h30- 18h00: Orientações para o trabalho das Comissões Permanentes (CPs) e Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE); 18h00-19h00: Lanche e confraternização; 19h00: Encerramento. Dia 08/05/2024 – tarde, 14h00- 15h00: Resolução sobre comissão para o mandato Consea 2025-2027; 15h00 – 16h00: Relato das CPs e CPCE; 16h00 – 16h30: Deliberações da Plenária; 16h30 – 17h00 Informes; 17h00 – Encerramento. Concluída a leitura da pauta, a Presidenta do Consea solicitou que fossem prestadas homenagens ao Conselheiro Nacional Lino de Macedo, representante da Central dos Sindicatos do Brasil por ocasião de seu falecimento, e a todas as pessoas do estado do Rio Grande do Sul, que perderam tudo nas recentes enchentes e enfrentam profundos desafios. Após agradecer a homenagem, lembrou que foi definido, na 1ª Reunião Plenária de 2024, o processo de ocupação das vagas da sociedade civil, abertas com a entrada de 4 Ministérios, como previsto no Decreto nº 11.421/2023, que reinstala o Consea, para que seja mantida a proporcionalidade entre a representação de governo e de sociedade civil, observando ainda a existência da vacância de 1 vaga de titularidade em virtude de saída de uma organização da sociedade civil do Consea em 2023. A Presidenta recapitulou que o processo para ocupação das vagas citadas ocorreu a partir de uma proposta da Mesa Diretiva, em que as 18 organizações que estavam ocupando a suplência no Consea puderam se candidatar à titularidade. Dessas, 14 organizações se candidataram, sendo as seguintes as 9 organizações mais votadas: o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, a Rede de Mulheres Negras pra Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, o Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul, a Ação da Cidadania, a Associação Engaja Mundo, a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores e o Fórum Nacional da Reforma Urbana. A Presidenta do Consea saudou a passagem para a titularidade dessas 9 organizações e a consciência de escolha, que ampliou a diversidade e a representatividade do Conselho. Em seguida, informou que o planejamento de cada Plenária possui a intencionalidade de aprofundar, destacar, dar visibilidade, defender e fortalecer temas. Sendo necessário mobilizar muitos esforços para maior êxito na discussão, aprofundamento e encaminhamentos. Ressaltou a sincronicidade, no mês de maio de 2024, entre a pauta dessa reunião: crise climática e soberania e segurança

45 alimentar e nutricional. Observou a importância dessa agenda, que ganhou uma
46 dimensão ainda mais profunda e muito mais ampla, gerando grande responsabilidade
47 de como olhar o desafio de enfrentar a crise climática. Com enormes impactos na
48 soberania e segurança alimentar nacional, ao longo de todas as dimensões do sistema
49 alimentar: produção, abastecimento, consumo. Assim, a Plenária iniciou, de maneira
50 organizada, a preparação do Consea para lidar com o tema de forma consistente, ativa
51 e qualificada; e assim começa a preparar sua participação na Conferência das Nações
52 Unidas sobre as Mudanças Climáticas - COP de 2025; e contribuir com movimentos que
53 estão acontecendo dentro do governo federal e, certamente, precisam se desdobrar nos
54 governos estaduais e municipais. A Presidenta do Consea destacou que faltam 4
55 encontros para o encerramento do mandato e compartilhou a seguinte reflexão:
56 “Quando o Presidente Lula aceitou a proposta da sociedade civil de reinstalar o Consea
57 na composição com que ele tinha sido extinto; quando o Presidente Lula abriu o Palácio
58 do Planalto pra nos receber na nossa primeira Plenária; quando, em março desse ano,
59 ele nos recebeu de novo no Palácio do Planalto pra receber o relatório da nossa
60 Conferência, ele estava dando uma demonstração absolutamente clara e óbvia da total
61 confiança que ele tem nesse Conselho. Não a confiança individual, é uma confiança
62 coletiva. Uma confiança que foi construída pela nossa história, desde 1993 e que depois
63 foi recolocada em 2003 e que foi recolocada a partir de 2016 e mais, profundamente, a
64 partir de 2019, quando a sociedade civil resistiu, quando os conselhos estaduais
65 resistiram, como puderam, né, a sociedade civil manteve a Conferência popular, os
66 diferentes movimentos mantendo a sua agenda”. A Presidenta prosseguiu destacando
67 a responsabilidade individual e coletiva, tanto nas agendas específicas, como no
68 processo de renovação. Para repassar a nova composição um Conselho forte e
69 consistente, que poderá enfrentar desafios ainda maiores. Informou que a Mesa
70 Diretiva apresentará ao longo dessa Plenária uma proposta de Resolução, para
71 instalação da comissão responsável por definir a composição do Conselho 2025/2027.
72 Essa proposta será entregue ao Presidente da República, para análise e instalação de
73 nova composição do Conselho. Concluiu, destacando as 2 agendas potentes e
74 poderosas: a do clima e a manutenção de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar
75 e Nutricional forte. Em seguida, passou a fala para Secretária-Executiva do Consea. A
76 Sra. Marília Leão (Secretária-Executiva do Consea) saudou os presentes e expressou a
77 alegria pela realização e participação na Plenária. Em seguida, explicou que uma das
78 funções da Secretaria-Executiva do Consea é manter a memória das atividades, sendo
79 redigida Ata a cada reunião Plenária, com aprovação posterior. E devido a dificuldades
80 decorrentes da reinstalação do Conselho, a conclusão das 7 atas das Plenárias de 2023,
81 ocorreu no dia 06 de maio. Como existiu pouco tempo de análise para aprovação nesta
82 Plenária, foi definido pelo compartilhamento aos conselheiros, por *e-mail*, de *link* para
83 acesso a todas as Atas de 2023. Como proposta será dado tempo para leitura, envio de
84 sugestões e aprovação assíncrona. As orientações serão enviadas por *e-mail*, que é o
85 canal oficial de diálogo da Secretária-Executiva. Também foram enviados o Relatório
86 Gestão Anual 2023, contendo o resumo de todas as atividades, as Recomendações
87 aprovadas, prestação de contas dos recursos da 6ª Conferência Nacional de Segurança
88 Alimentar e Nutricional - CNSAN e dos gastos realizados em 2023. Relembrou que o

89 retorno do Consea se deu sem orçamento próprio em 2023, tendo os gastos arcados
90 inicialmente pela Casa Civil, depois pela Secretaria-Geral e tendo plano orçamentário na
91 metade do ano, todos os recursos apurados foram do orçamento público. Também
92 gostaríamos de compartilhar e já enviamos por e-mail, o caderno com as
93 recomendações aprovadas pelo Consea em 2023. Ele resume todo o trabalho do
94 Plenário do Conselho, contendo as 24 Recomendações aprovadas e será disponibilizado
95 no endereço eletrônico do Consea. **Ponto de Pauta: Apresentação da agenda da**
96 **Plenária e aprovação das Atas das Reuniões Plenárias de 2023.** A Presidenta do Consea
97 agradeceu a fala da Secretária-Executiva e apresentou a pauta da Plenária. Observou
98 que pela manhã do primeiro dia haveria uma sequência de apresentações que vão desde
99 uma abordagem mais ampla a respeito da questão climática, dos desafios que existem
100 e que depois o governo apresentará os movimentos que ele tem feito em relação ao
101 Brasil ter um plano, de enfrentamento da crise climática. Informou que está prevista a
102 presença do ministro do Desenvolvimento Social, Sr. Wellington Dias e do Secretário-
103 Geral do Consea, o Ministro Márcio Macedo, para o encerramento da manhã. A
104 discussão sobre o tema do clima continuará no período da tarde com duas participações
105 de movimentos da sociedade civil, de enfrentamento da questão climática e do racismo
106 ambiental. Pontuou que no período da tarde seriam apresentados os dados do IBGE
107 sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, a respeito de uma nova
108 edição da escala de insegurança alimentar e nutricional. Destacou que nessa seção será
109 feita também uma apresentação da Secretaria Extraordinária de Combate à Fome - SECF
110 e da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional -
111 PENSSAN, seguida de discussão em Plenário. Após, a Secretaria-Executiva vai apresentar
112 a síntese do processo de elaboração da proposta de lei orçamentária para 2025. Com
113 isso, os trabalhos do dia serão encerrados. A Presidenta do Consea explanou que a
114 manhã dia seguinte será dedicada à reunião das Comissões Permanentes - CPs e da
115 CPCE. Ela prosseguiu expondo que durante a tarde será realizada a apresentação da
116 proposta de Resolução que orientará a atuação da comissão que encaminhará a
117 transição e composição do Consea na gestão 2025/2027, serão apresentados os relatos
118 das reuniões das CPs e CPCE, bem como as deliberações que forem necessárias. Os
119 trabalhos serão encerrados com dois informes da SECF, um sobre o 3º Plano Nacional
120 de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN, e outro sobre o Plano Brasil Sem
121 Fome. **Ponto de Pauta: Mudanças climáticas, soberania e segurança alimentar e**
122 **nutricional.** Após aprovação da pauta, a Presidenta montou a mesa com Mercedes
123 Bustamante, Pesquisadora, da Universidade de Brasília; Maureen Santos,
124 Coordenadora, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE; e
125 Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima, do Ministério do Meio Ambiente e
126 Mudança Climática, que está às voltas com medidas a respeito do Rio Grande do Sul,
127 então ela está representada por Aloisio Melo, que atualmente é Diretor do
128 Departamento de Política Climática. Ele permanecerá na mesa enquanto a Secretária
129 não chegar; A Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do MDS, Lilian
130 Rahal chegará um pouco mais tarde; convida para a mesa Gustavo Goretti,
131 Coordenador-geral no Ministério da Agricultura e Pecuária. A Presidenta agradece à
132 composição da mesa e comunica que a ordem das falas é a mesma usada para a

133 formação da mesa. Ao comentar que a primeira fala trará um panorama a respeito da
134 situação é climática, apresenta e agradece a presença de Mercedes Bustamante, que
135 integra o Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima, que são os relatórios
136 periódicos sobre a questão climática e inclui mecanismos e estratégias de adaptação
137 às mudanças climáticas. Antes de passar a palavra para a palestrante, a Presidenta do
138 Consea lembrou que cada fala terá duração de 20 minutos, com sinalização de tempo
139 decorridos 15 minutos. **Ponto de Pauta: Conhecendo conceitos, o cenário da crise**
140 **climática e os sistemas alimentares.** A Professora e Pesquisadora Sra. Mercedes
141 Bustamante (UnB) agradeceu à Presidenta do Consea pelo convite e oportunidade de
142 debater o tema do clima no Consea. Ela observou que a conjunção de 3 grandes desafios
143 para a humanidade: prover alimentos de qualidade para 9 a 10 bilhões de pessoas até
144 2050; reduzir as emissões de gases de efeito estufa, que são os vetores da alteração do
145 clima; e ao mesmo tempo, promover adaptação à mudança climática para os impactos
146 que já se fazem sentir e que tendem a se agravar se nós falharmos na redução das
147 emissões. E, ao mesmo tempo, deter e recuperar a perda de biodiversidade. As
148 evidências sobre o estágio atual da mudança climática; as consequências atuais e
149 previstas relacionadas à segurança alimentar e nutricional; e quais seriam as
150 prioridades, em termos de ações de mitigação, ou seja, reduzir os fatores que geram
151 mudança climática e ao mesmo tempo as ações de adaptação, ou seja, como nós
152 lidamos, minimizamos os riscos e reduzimos a vulnerabilidade. A Professora e
153 Pesquisadora apresentou dados sobre o aumento da temperatura média no planeta
154 entre 1901 e 2000, e comentou que a partir da metade do século passado, esse processo
155 de aumento da temperatura se acentuou com a ocorrência de atualização da média
156 histórica. O ano de 2023 foi o ano mais quente desde que os registros globais
157 começaram em 1850. Nós já estamos batendo ali em 2023 um aumento de temperatura
158 de cerca de 1.2°C, lembrando que a meta do acordo de Paris é manter esse aumento até
159 1.5°C, até ano de 2100. Os últimos 10 anos foram os mais quentes do histórico. Então
160 batemos o recorde ano passado e a última década também já foi uma década de
161 recordes. Apresentou um mapa do último relatório do Painel Intergovernamental sobre
162 Mudanças Climáticas - IPCC, que divide a América Central e América do Sul em regiões
163 bioclimáticas e mostrou que as temperaturas médias na América do Sul já aumentaram
164 mais do que as outras regiões globais e tenderão a aumentar ainda mais. As monções
165 sul-americanas são as nossas chuvas de verão. Quem é aqui da região Centro-Oeste, no
166 cerrado, é aquela chuva que começa em entre setembro e outubro, mas já está indo
167 para novembro. Essas monções tendem a atrasar no Século 21, essa tendência tem sido
168 observada. A agricultura no cerrado já perdeu 45 dias em função do atraso da entrada
169 do período chuvoso. Isso significa que em algumas regiões já começa a ter dificuldade
170 de ter a segunda safra. A safrinha começava a ficar inviável, porque as chuvas, elas
171 começaram a atrasar. E esse binômio, nessa mistura de aumento de seca, aumento de
172 temperatura, vai criando o clima ideal pra grandes incêndios florestais. Isso é um pouco
173 da realidade do que nós vamos viver. Então é importante sempre a gente lembrar e aí
174 Gustavo Goretti vai confirmar isso, que a agricultura é o setor mais importante da
175 economia brasileira, mas ao mesmo tempo é altamente dependente do clima. As
176 mudanças na frequência e a gravidade das secas e das inundações, vão representar o

177 enorme desafio para agricultores e também para a segurança alimentar. A mudança
178 climática vai tornar mais difícil cultivar e criar animais, da mesma maneira e nos mesmos
179 lugares que nós fizemos no passado. Deixo aqui a minha solidariedade a toda população
180 do Rio Grande do Sul. Quando a gente fala em reconstrução, que é o tema, a gente
181 precisa lembrar que não dá para reconstruir olhando para o retrovisor. Nós vamos ter
182 que reconstruir face a essa nova realidade que se apresenta. O Fórum Econômico
183 Mundial traz que a mudança climática tem um impacto direto e significativo sobre a
184 insegurança alimentar. Em 2022, o número de pessoas afetadas pela insegurança
185 alimentar aumentou de 135 milhões, em 2019, para 345 milhões, e saímos de 53 países
186 para 82 países, muito reflexo também, no caso, da pandemia. O aumento da
187 temperatura global tem diferentes aspectos. Ele vai afetar a produção, que se torna mais
188 difícil e incerta, afeta também a distribuição e ele vai afetar também a qualidade dos
189 alimentos produzidos. Será que nós estamos preparados? Eu acho que essa é a questão
190 talvez já tenha sido respondida nas últimas semanas. De acordo com as estimativas, será
191 preciso produzir 60% a mais de alimentos para alimentar a população global que
192 aumenta. No entanto, o setor agrícola, está muito mal equipado para atender essa
193 demanda. A agricultura é responsável por 70% do consumo mundial de água e 30% das
194 emissões globais de gases de efeito estufa. Ela é, ao mesmo tempo, um vetor importante
195 da causa da mudança climática e é um dos setores mais afetados pela mudança do clima.
196 Os riscos associados à segurança alimentar e nutricional às mudanças climáticas podem
197 ser contabilizados por várias métricas, podemos falar do número de pessoas em risco
198 de fome, número de pessoas em risco de desnutrição. Isso se dará por queda da
199 produtividade agrícola, por redução da renda, por problemas emergentes de segurança
200 alimentar e interrupção na distribuição de alimentos. Uma das questões que nós
201 observamos e que já a ciência vem apontando, a adaptação mudança do clima, é que os
202 países precisam olhar suas infraestruturas críticas: transporte, comunicação,
203 atendimento de saúde. Tudo que falhou no Rio Grande do Sul. Não há acesso às áreas,
204 não temos comunicação e o sistema de saúde não dá conta de absorver. Exemplificando
205 os desafios da produção agrícola com a produção de commodities, a Professora e
206 Pesquisadora mostrou a projeção da mudança climática na produção de soja e milho,
207 no Brasil. Segundo ela, se continuarmos com o avanço do aquecimento global, a
208 produção de milho e soja que hoje se expande no caso do Centro-Oeste brasileiro, para
209 essa região que a gente conhece como Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia),
210 vai se tornar inviável. A tendência então é que essa cultura tenha de voltar para região
211 sudeste e sul do Brasil. Um território que já está ocupado. Além disso, mostrou outro
212 estudo sobre as implicações do estresse térmico para a saúde da força de trabalho do
213 Brasil. E a força de trabalho no Brasil mais afetada pela mudança climática, é,
214 precisamente, a agricultura. Problematicizou também o impacto do aquecimento global
215 para produção pesqueira, que já resultou num declínio de 4% da produção da pesca
216 marinha, e em algumas regiões mais impactadas em até 35%. Significa mais de 1/3 de
217 redução da produção pesqueira. Não obstante, a cada 1°C aumentado ocorre uma
218 redução da biomassa média dos animais nos oceanos, em cerca de 5%. Então, quanto
219 mais quente menor vai ficando a biomassa dos animais. Observa uma redução do
220 potencial de captura de pesca entre 5 a 7%, até 2050. Dois mil e cinquenta, que eu falo,

é a virada da esquina, são as próximas duas décadas. E isso é muito importante para as regiões tropicais. Se os oceanos vão aquecendo os animais das regiões tropicais começam a migrar em direção aos polos dos oceanos, nas regiões mais temperadas, porque a temperatura vai ficando mais amena e os oceanos tropicais vão aquecendo. Significa que a produção pesqueira nas regiões tropicais, vai ser uma das mais afetadas pelo aquecimento global, porque as espécies vão tender a migrar. Outro aspecto destacado na fala da Professora e Pesquisadora foi sobre a concentração o aumento da concentração de dióxido de carbono (CO₂) na água que faz o potencial hidrogeniônico (ph) da água diminuir e ela ficar mais ácida, o que afeta diretamente aqueles organismos que estão na base da cadeia alimentar dos oceanos, os peixes. Outro risco é o que chamamos de riscos nutricionais. Existe um importante aspecto, que quando a gente fala do impacto sobre a segurança alimentar que é a qualidade nutricional do alimento consumido. E existe uma relação muito forte entre o aumento e a gravidade dos eventos extremos e esse risco de desnutrição, porque a mudança climática afeta a quantidade de micronutrientes, sobretudo em frutas e legumes, dos alimentos. Significa que ainda que consigamos produzir, vamos produzir com menos qualidade. Os efeitos negativos relacionados à nutrição e o atraso do crescimento das crianças, comorbidade, mortalidade, que estão associadas à desnutrição, esse atraso do crescimento na primeira infância, também está associado a um baixo peso no nascimento dos filhos resultantes dessa geração que passou pelo processo de destruição na primeira infância. Ocorre uma propagação desses efeitos para as próximas gerações. Se você tem um número maior de pessoas afetadas pela deficiência de micronutrientes, e a gente está falando aí de fósforo, potássio, cálcio, enxofre, magnésio, etc., toda a linha que deve diminuir se as concentrações de CO₂ aumentarem até 690 PPM. Isso é um aquecimento de 3.5°C, lembrando que a gente já está a caminho de um aquecimento de 3°C. É importante pensar: que outros fatores socioeconômicos vão interagir com a mudança climática? Que saúde, paz, a gente vive num momento geopolítico extremamente complicado, com guerras em várias partes do mundo. Mobilidade, pobreza e a distribuição de alimentos sendo utilizado como arma de guerra; mudanças dos ecossistemas, perda de biodiversidade. Temos uma geração de riscos compostos e em cascata. E o evento, novamente, do Rio Grande do Sul é um exemplo de como esses riscos compostos em cascatas atuam. Vários estudos indicam que essa combinação de riscos não climáticos com riscos climáticos tem impacto direto sobre o atingimento dos Objetivo do Desenvolvimento Sustentável – ODS 2, que é o objetivo de Fome Zero e Agricultura Sustentável. É necessário pensar nesses riscos compostos quando falamos em opções de mitigação e opções de adaptações. Precisamos pensar também que a redução, por exemplo, da água implica em redução da qualidade da água. Podemos dizer que essas interações dos riscos vão alterar o padrão de risco de segurança alimentar. Precisamos considerar que as regiões mais atingidas pelos limites de insegurança alimentar atualmente, também vão interagir com riscos não climáticos, sendo necessária a compreensão dessas relações complexas e seus efeitos combinados para uma adaptação eficaz. Por último, vamos falar das prioridades de mitigação e de adaptação. O que acontecerá, em termos de mudanças climáticas e aquecimento global, dependerá da nossa capacidade de reduzir as emissões de gases de efeitos estufa.

Quanto conseguimos reduzir de emissão, também reduziremos seus impactos. Precisamos considerar nessa escala de riscos, a possibilidade de centenas de milhões de pessoas a mais com falta de nutrientes essenciais, se os níveis CO₂ atmosférico forem acima de 500 PPM. A Professora e Pesquisadora exemplifica que quando ela nasceu em 1963, a concentração atmosférica de CO₂ era em torno de 310 PPM. Passados 60 anos, essa concentração já ultrapassou 400 PPM. Esse intervalo de tempo trouxe um aumento maior do que nos últimos 800 mil anos. Chamou a atenção setor de agricultura e uso da terra. Todos os modelos que possibilitam reduzir o aquecimento global, implicam em transições muito profundas na forma como a gente utiliza o solo. Se trabalhamos na melhoria dos sistemas de manejo dentro da agricultura, que é uma prática importante adaptação, e ao mesmo tempo a gente trabalha na redução do desmatamento e no aumento do sequestro da agricultura, temos um ganha-ganha, melhoramos as nossas condições de adaptação e reduzimos uma parcela importante das emissões de gases de efeito estufa. Soluções existem e elas podem ser implementadas e, talvez, o setor de uso da terra e produção de alimentos, seja aquele onde a adaptação e mitigação estejam mais combinados. Para atenuar os efeitos da mudança climática sobre a segurança alimentar, precisamos que os governos e as organizações da sociedade civil tomem medidas proativas, para desenvolver estratégias de produção e acesso a alimentos que possam resistir melhor aos eventos climáticos extremos e a variabilidade climática. Foram elencadas 10 maneiras de evitar a insegurança alimentar: investir em sistemas de armazenamento que possam resistir a eventos climáticos extremos; diversificar as fontes de alimentos e as técnicas de produção agrícola para reduzir os riscos; adotar sistemas de gerenciamento de água que reduzam os danos às colheitas causados por enchentes ou secas; entre outros que está na apresentação disponibilizada. Para finalizar, quero destacar que tudo precisa de financiamento climático, tanto para mitigação, quanto para adaptação. Do total do financiamento climático monitorado em 2018, só 7,5% foram destinados para a adaptação; menos de 3% à agricultura, silvicultura e outros usos da terra, ou outros investimentos relacionados à agricultura; e apenas 1,7%, no valor aproximado de US\$ 10 bilhões, chegaram aos pequenos produtores. Observou a existência de um gargalo importante no financiamento para adaptação, de forma geral e, sobretudo, para adaptação dos mais vulneráveis. As contribuições nacionalmente determinadas, ou seja, as promessas que os países fizeram, no acordo de Paris, quando a gente olha isso globalmente, nas mais de 4 mil ações climáticas propostas pelos 24 países, só 6% mencionavam mulheres, só 2% mencionavam explicitamente jovens, menos de 1% menciona os pobres e cerca de 6% se referem aos agricultores das comunidades rurais. Assim, vemos que as ações propostas pelos países estão deixando de fora a parte mais atingida pelas mudanças climáticas. É importante lembrar que os impactos da mudança climática sobre os sistemas alimentares, não vão ser os mesmos para todos os grupos sociais. Por isso, precisamos de ações de fortalecimento da proteção social, capacitação dos grupos marginalizados, garantia de equidade ao acesso de alimentos por meio da proteção social, mas que isso também não deve minar a capacidade de ação das pessoas. O relatório global, Clima Injusto, apresenta: que em comparação com as famílias mais abastadas, as famílias pobres perdem 5% de sua renda total devido ao estresse causado

pelo calor e 4,4% devido a enchentes. Em comparação com as famílias chefiadas por homens, as famílias chefiadas por mulheres perdem 8% da renda ao estresse térmico e de 3% devido a enchentes. Um aumento de 1°C na temperatura média de longo prazo está associado a uma redução de 34% na renda total das famílias chefiadas por mulheres, em relação às famílias chefiadas por homens. O recorte de desigualdade é fundamental para que consigamos atender os grupos de maior risco. Em resumo, as mudanças climáticas reduzem a produtividade das culturas da pecuária, da pesca, da aquicultura, por uma série de fatores. O aumento da frequência e da intensidade das inundações, secas e tempestades, eventos extremos, levam a uma interrupção considerável das cadeias de suprimento de alimentos. A exposição das pessoas às ondas de calor, seca e inundação, prejudica também a segurança alimentar, saúde, nutrição, e reduz a sua produtividade, o impacto sobre a força de trabalho, e essa exposição vai afetar fortemente os grupos de baixa renda e os grupos mais vulneráveis, incluindo aí os recortes importantes, mulheres e idosos. Agora indo para as considerações finais, a complexidade das mudanças climáticas tem um fator muito importante aumentar as diferenças e também as incertezas regionais, então os planos precisam realmente começar a descer ao nível de escala mais fina no território. É importante conciliar agricultura, conservação da biodiversidade e dos ecossistemas. Sistemas preservados, mais biodiversos são mais resilientes, representam impacto na mudança climática e novamente isso também requer soluções regionais direcionadas e bem informadas, ou seja, com base em evidências. E é importante que a gente tenha aí uma parceria em larga escala para adoção de novas tecnologias de inovação, mas que sejam capazes de transformar a forma como nós produzimos, distribuimos e consumimos os nossos alimentos. Com isso encerrou e agradeceu a atenção dos participantes. A Presidenta do Consea agradeceu a exposição e comentou sobre como o tema é assustador. Citou a fala da Ministra Marina Silva de que se nós conseguíssemos implementar 100% do que é necessário implementar, nós ainda lidaríamos muitos anos com as consequências do que fizemos e do que deixamos de fazer. Agradeceu pelo panorama trazido pela Professora e Pesquisadora Mercedes Bustamante e passou a palavra para Maureen Santos, que abordou os desafios e enfrentamentos na questão climática. **Ponto de Pauta: O enfrentamento da crise climática e as falsas soluções.** Sra. Maureen Santos (FASE) saudou a todas pessoas, em nome da Presidenta, agradeceu o convite em nome da FASE e relatou sua alegria de estar na Plenária. Relatou o desafio de trazer ao Consea algumas provocações sobre o tema, e nesse momento de tristeza e dor, também ter uma perspectiva de esperança. Mas que vendo toda a população do Rio Grande do Sul se mobilizando e ao conversar com os movimentos sociais que estão montando cozinhas solidárias na região, percebe a importância de falarmos que nesses momentos a solidariedade vem crescendo e como é importante fortalecer esses espaços. Continuou trazendo o debate da justiça climática centrada nos grupos sociais que sofrem maior impacto e que menos recebem as políticas públicas. Eles são injustiçados várias vezes, muitos sofrem racismo ambiental e racismo climático. Sendo importante pontuar que a desigualdade está por trás do nível de impacto sofrido e que vivemos uma crise ambiental ecológica, que é potencializada por um modelo de desenvolvimento de agricultura, de agroindústria global, com suas corporações que são grandes emissores

de gases de efeito estufa, por conseguinte, responsáveis pela crise. Eles necessitam pagar a conta, sem serem protagonistas das soluções dos problemas que causaram. Fato que tem sido percebido nos espaços da COP. Entretanto, nesse momento, estamos tendo oportunidade de discutir, no G20 e no Conselho de Direitos Humanos, das Nações Unidas, possibilidades de colocar esses agentes como pagadores. Dentro do conceito “poluidor-pagador”, que de forma didática, política e econômica defini que quem polui paga. Porém ele vem sendo desvirtuado ao longo dessa governança, que começou em 1972, transformando-se em: se eu posso pagar, posso poluir. Porque várias das soluções são colocadas em formas de transições e podem pagar para outros agentes façam em seu lugar. Uma transição permanente sem cronograma para seu fim. Sendo que muitas das soluções colocadas em nome do clima, são feitas no mesmo modelo de implementação de uma economia que não é considerada descarbonizada. Por exemplo, as formas de implantação das usinas de energia eólica, em vários estados do Nordeste, repetem exatamente as violações de energias que não são, necessariamente, consideradas para o enfrentamento da crise do clima. Então, se não há o enfrentamento da desigualdade na implementação dessas políticas, não será enfrentada a crise ecológica e global que está colocada. No caso do Rio Grande do Sul, existem explicações técnicas sobre a vulnerabilidade da região as variabilidades climáticas, mas percebemos vários problemas anteriores. Como a flexibilização do código florestal e o desmatamento profundo dos pampas, que provocam e pioram uma situação de emergência climática. Já no Rio de Janeiro, todas ocorrências de grande quantidade de chuvas geram impactos com vítimas, deslocamento de pessoas, perda de casas. Gerando problemas sobre a reconstrução, reparação, redistribuição dos fundos. A recorrência de catástrofes climáticas vem transformando-se em um *status quo*, não sendo mais adequado nomeá-las como emergências. Assim, as reconstruções de infraestruturas devem ser pensadas com adaptações, como os países que possuem tecnologias para furacões ou inundações que os acometem periodicamente. A Coordenadora da FASE continuou sua fala se referindo a agroecologia e ao seu potencial de mitigação, resiliência e adaptação. Explicou, que a agroecologia, mesmo sofrendo com catástrofes, demonstra maior resiliência e resistência a fenômenos climáticos, comparada a qualquer tipo de monocultura; já a agricultura convencional tem impacto pelo uso de químicos, estando intrinsicamente ligada ao uso do petróleo e ao alto consumo de energia; e que as práticas agroecológicas possuem menor demanda hídrica. Prosseguiu, questionando a ausência de políticas públicas de transição agroecológica para o enfrentamento das mudanças climáticas; e como levar propostas agroecológicas ao governo, para exigibilidade do direito humano a alimentação adequada. Destacou a importância do Consea debater e contribuir com o Plano Clima; e de contribuir com as políticas públicas de abastecimento, visto que existe logística para grandes redes de supermercados e dificuldades para que os movimentos sociais abasteçam as cozinhas solidárias. Sendo necessário políticas públicas que reconheçam o papel dos movimentos sociais e de produtores de alimentos de verdade para termos um enfrentamento real as catástrofes climáticas. Por fim, destacou a importância do Consea pautar a cúpula do G20, no que tange às propostas do governo brasileiro em taxar transnacionais e bilionários para o financiamento climático e social; e pautar o legado da COP30 para

Belém, com construções que se transformem em moradias populares adaptadas às mudanças do clima e com alimentação adequada e saudável oriunda da produção familiar e camponesa. A Presidenta do Consea agradeceu a fala da Sra. Maureen Santos e apresentou a Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima, do Ministério do Meio Ambiente, Mudança do Clima, que se incorporou à mesa. **Ponto de Pauta: Política Nacional sobre Mudança do Clima: Plano Clima 2024-2035.** A Secretária Nacional de Mudança do Clima, do MMA, Sra. Ana Toni, agradeceu o convite e parabenizou o Consea por ter pautado as Mudanças Climáticas. Prosseguiu falando sobre o curto tempo de trabalho existente; das dificuldades oriundas da atuação do governo anterior sobre o tema; e do empenho da equipe no diálogo entre Ministérios e com a sociedade civil. Relatou as tendências de mudanças climáticas, o pouco preparo do Brasil para se adaptar e impactos na Segurança Alimentar e Nutricional. Dos 5.570 municípios, 3.679 têm baixíssima capacidade de adaptação; e metade deles não possuem defesa civil equipada. Disse que o Brasil é o 6º maior emissor de gases de efeitos estufa, temos que atuar com mitigação, mas também com adaptação. O Brasil possui compromissos antigos e vem fazendo novos compromissos ambiciosos sobre a mudança do clima. Temos como meta para 2025 a emissão de 1.32 giga toneladas de carbono; para 2030 a meta é de 1.2; e a meta para 2035 é uma entrega de todos países para a COP30. Informou que o compromisso Brasil é com carbono neutro em 2050. No começo desse governo houve o retorno dos níveis de compromissos originais de NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) e a volta do Comitê Interministerial de Mudanças do Clima – CIM. O Comitê é composto 18 Ministérios e em breve será expandido para 21. No ano passado foi instituído como obrigatória a participação da sociedade civil, que agora é o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima e a Rede Clima, que é uma rede de cientistas. O Comitê trabalha através de grupos de trabalhos temático – GTT de Adaptação; Mitigação; Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE); e Revisão da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC. Mitigação e adaptação são o coração do Plano Clima. Sendo também trabalhadas estratégias transversais, uma delas é transição justa, na qual terá atenção prioritária para as populações mais vulneráveis, para o emprego e a renda. Enfatizar que é fundamental que o Plano fortaleça a educação, capacitação e pesquisa. Teremos 8 planos temáticos de mitigação, determinados pela CIM, que são referentes aos setores que mais emitem gases. Sendo eles: agricultura, uso da terra, florestas, cidades, energia, indústria, mineração, resíduos e transportes. Em 2016 foi instituído o 1º Plano Nacional de Adaptação, que levantou e sistematizou dados. Agora o Brasil está revendo o Plano de Adaptação e dando maior robustez. Até o momento são 15 planos setoriais de adaptação, que são liderados por algum órgão do governo federal. O trabalho de elaboração do plano de adaptação começou em 2023, ocorreram diversas interações, tendo a participação de membros do Consea em várias oficinas. A equipe pretende concluir o processo de elaboração do documento base até setembro de 2024, realizar consulta pública e a aprovação pelo CIM no final do ano, a tempo de apresentar o Plano Clima na COP29. O trabalho de elaboração do Plano de Mitigação também começou em 2023, tendo como diferencial a análise de cenários. Foi contratado através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, o modelo de elaboração de cenários BLUES, da equipe do professor

Roberto Shaffer. Os 18 ministérios, que atualmente compõem o CIM, ajudarão na modelagem de cenários possíveis. Em relação a participação social e engajamento, foi definida a utilização da Plataforma Brasil Participativo, do governo federal, para encaminhar as 10 propostas mais votadas de cada setor aos Ministérios, junto ao questionamento sobre sua incorporação e justificava em caso de ausência; a Conferência Nacional de Meio Ambiente de 2024, cujo tema é o Plano Clima; e a consulta pública final através do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima. Relatou que foram criadas Câmaras Técnicas sobre mudanças do clima no Conselho da Federação e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico-social. A FGV foi contratada para fazer a escuta com o setor privado. Concluiu informando que reuniões e audiências públicas foram articuladas no Congresso Nacional. A Presidenta do Consea agradeceu a fala da Secretária Ana Toni e destacou o processo de consulta pública aberto até agosto de 2024, como oportunidade de proposição e participação consistente do processo. Então convidou Lilian Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do MDS para fazer sua apresentação. **Ponto de Pauta: Plano Clima Adaptação - Segurança Alimentar e Nutricional.** A Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Sra. Lilian Rahal, começou a fala demonstrando a alegria em ver o auditório cheio; de poder dialogar com tantas pessoas interessadas na agenda de segurança alimentar e nutricional; e da oportunidade de falar sobre as ações da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN dentro do MDS e com demais órgãos, sobre as agendas de segurança alimentar e nutricional de mudanças climáticas. Prosseguiu falando sobre o impacto das mudanças climáticas ao acesso de alimentos, que geram desertos alimentares, principalmente em grandes cidades, mas também nas áreas rurais. Comentou o quanto as variações na produção afetam a disponibilidade de alimentos *in natura* e minimamente processados e o quanto desastres e eventos extremos ampliam a demanda por alimentos e a rede de abastecimento não consegue dar respostas céleres. Observou ainda os riscos a alimentação e a saúde oriundos da pouca disponibilidade de água. E como as perdas e desperdícios de alimentos acarretam no aumento dos custos e preços, na disponibilidade e no acesso pelas famílias de baixa renda. Que as dimensões da produção, disponibilidade, acesso e consumo, são preocupações na perspectiva dos sistemas alimentares. Em relação a produção, a crescente mudança do uso da terra, referente ao desmatamento e a conversão da vegetação nativa em pastagens e cultivos agrícolas, são responsáveis pela maior parte de emissão de gases e realizados majoritariamente para expansão de *commodities*. A carne bovina representa o maior volume de emissões nos sistemas alimentares. Do ponto de vista do abastecimento, a preocupação são as cadeias mais longas, de grandes conglomerados, que geram mais emissões. Por outro lado, os Circuitos Curtos de Comercialização reduzem número de intermediários; possuem proximidade geográfica; possibilitam melhor remuneração ao produtor; preços justos ao consumidor; aproveitam da produção local; geram de empregos; e dinamizam as economias locais. Em relação ao consumo, destacam preocupações com o impacto das emergências climáticas na produção, valor nutricional e diversidade de alimentos; redução da oferta de alimentos *in natura* e os itens com maior densidade energética; da relação entre alimentos ultra processados, com a perda de biodiversidade e o impacto ambiental; e

os processamentos excessivos realizados por grandes indústrias e comercializados por grandes redes de supermercados. Um ponto de atenção, é o atual modelo focado na produção de proteína animal e *commodities* que vem nos levando ao colapso e impactando danosas nas mudanças climáticas, propondo alternativas não razoáveis, como análogos de carne a base de plantas. Outro ponto, são os dados de perdas e desperdícios, que chegam a 30% e impactam no sistema alimentar e nas mudanças climáticas. Na busca de olhar o que seriam sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, foram elencadas as seguintes propostas: diversificação do plantio e da criação de animais, protegendo recursos genéticos; precisamos diversificar o plantio da criação de animais; manejar o solo de forma sustentável; redução das perdas e desperdícios; implementação de incentivos de mercado; consciência do consumidor e ações pra mudança de comportamento; fomentar mercados locais sustentáveis, implementação dos circuitos curtos de comercialização; aquisição pública de alimentos saudáveis e sustentáveis, e não quaisquer alimentos; um alinhamento de políticas, programas e planos de investimento, visando melhoria da biodiversidade, clima, água e nutrição; implementação dos guias alimentares da população brasileira, incluindo considerações ambientais; redução das desigualdades de gênero; intervenções de proteção social que podem facilitar a agricultura, a produção de comida e práticas alimentares saudáveis; acesso a alimentos saudáveis, favorecendo a comercialização da produção, distribuição, varejo e manutenção de estoques estratégicos de alimentos; Agricultura Familiar, juntamente com Povos e Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas, cruciais para a oferta de alimentos, com práticas sustentáveis como a agroecologia. Dando continuidade, detalhou programas e ações do MDS, que além da importância para os sistemas alimentares, precisaram dar respostas para os impactos atuais e atuaram de forma estratégica após emergências climáticas. Como a retomada das cestas de alimentos, por parte do governo federal, que se mostrou superimportante em situações de tragédias. O Programa Cozinha Solidária que assumiu função estratégica em resposta às emergências, recebendo alimentos e cestas para preparo de refeições e oferta para populações vulneráveis. O Programa de Cisternas que sempre foi programa de segurança hídrica para o semiárido e há 10 anos está sendo implementado na região Amazônica. Informou a preocupação de fomentar o desenvolvimento dos sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis dentro da institucionalidade, fato presente no objetivo do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, no Plano Brasil sem Fome e no planejamento estratégico do MDS, com destaque para a elaboração do marco normativo para Ação em Alimentação e Mudanças Climáticas, com entrega na COP30. Continuou relatando a realização da Conferência Livre de Segurança Alimentar e Nutricional; da atividade autogestionada sobre SAN e mudanças climáticas na 6ª CNSAN; e a participação na atividade da OMS na COP28, sobre clima e nutrição; em 2023. O trabalho na elaboração do Plano Setorial de SAN do Plano Clima Adaptação, a realização de seminário e 2 ciclos de diálogos com ICS e OPSAN/UnB, em 2024. Seguiu com detalhamento das atividades de elaboração Plano Setorial de Adaptação sobre SAN. Relatou que ocorreram oficinas em fevereiro para a elaboração do capítulo 1; em março para a elaboração do capítulo 2, sobre os principais riscos e vulnerabilidades, sendo identificado: a diminuição da produção de alimentos; o aumento dos preços dos

alimentos; comprometimento do acesso a alimentos saudáveis; a diminuição da disponibilidade de água para o consumo humano e produção de alimentos; aumento da vulnerabilidade socioeconômica; e aumento do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; também definiu-se como aspectos transversais: gênero, raça, cor e etnia; e racismo ambiental. A elaboração do capítulo 3 foi planejada para ser concluída em maio, tendo sido definido cronograma de atividades até outubro de 2024. A coordenação do processo é da Secretária Especial de Combate à Fome e com condução dentro da Caisan. A Presidenta do Consea agradeceu a fala da Secretária Lilian Rahal e saudou a presença da Ministra Sonia Guajajara na Plenária. Na sequência, passou a fala para Gustavo Goretti, Coordenador-geral no MAPA. **Ponto de Pauta: Plano Clima Adaptação: Agricultura.** O Coordenador-Geral de Irrigação e Conservação de Solo e Água, Sr. Gustavo Goretti, saudou a Ministra Sonia Guajajara e aos presentes, elogiou as palestrantes anteriores e relatou a satisfação em representar o Ministro da Agricultura. Começou sua fala sobre os impactos das mudanças climáticas destacando que a seca é o principal problema atual, pois gerou prejuízo de R\$ 260 milhões nos últimos 10 anos e foi responsável por 79% das perdas que acionaram o seguro agrícola em 2023. Considerando a necessidade de aumentar a produção em 70% nos próximos anos, é necessária uma gestão hídrica que inclua a preservação e aumento produtivo. O setor agropecuário é o mais impactado pelas mudanças climáticas, também gera uma boa parte do impactado, sendo necessário trabalhar com um olhar no social, econômico e social. O Ministro da Agricultura foi designado para liderar a elaboração do Plano de Adaptação Agropecuário, sendo realizado mapeamento dos riscos na 1ª etapa e constatada a insegurança alimentar como o principal risco. A partir da insegurança alimentar derivou-se os seguintes riscos ligados as ações do setor agropecuário: perda de qualidade do valor nutricional dos alimentos; aumento de doenças e pragas; inviabilidade de algumas cadeias em virtude das mudanças do clima; aumento da degradação das pastagens; perda de patrimônio genético; falta de água para consumo humano e animal. Em 2010, o ministério da agricultura criou o Plano ABC para responder à Política Nacional de Mudança do Clima, considerado um dos maiores planos de baixa emissão do mundo. Ele está em seu segundo ciclo, não resolve toda a problemática do setor, mas apresenta algumas respostas para sociedade. A construção do Plano ABC é baseada em pesquisa científica, com 400 pesquisadores endossando tecnologias e práticas, como exemplo: agroflorestal; sistemas de plantio direto – incluindo hortaliças; lavoura-pecuário-floresta; bioinsumos; e sistemas irrigados. A meta estabelecida para o setor agropecuário foi de 1 milhão de toneladas equivalentes, aumentar a resiliência, conservar os recursos naturais e aumentar a biodiversidade. Com isso se pretende alimentos em maior quantidade, qualidade e saudáveis. Um desafio é a incorporação de tecnologias focadas na agricultura familiar. A assistência técnica e a incorporação de tecnologias e inovação são fundamentais para todos os produtores: pequenos, médios e grandes. A Presidenta do Consea agradeceu a fala do Coordenador-geral Gustavo Goretti e, em sequência, pediu licença para a formação da mesa de abertura. **Ponto de Pauta: Saudação e pronunciamentos:** A Presidenta do Consea agradeceu a presença e convidou para a mesa a Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara; a Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves; o Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família

e Combate à Fome, Wellington Dias; e o Ministro Chefe da Secretária-Geral da Presidência da República, Márcio Macedo. Contextualizou a importância do tema crise climática, Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, e destacou significado da presença das Ministras, considerando a relevância dos povos indígenas e mulheres para a proteção do meio ambiente e da SSAN. Feita a contextualização, passou a palavra para a Ministra Sonia Guajajara. A Ministra dos Povos Indígenas agradeceu o convite e saudou todos os presentes, em especial os representantes dos povos indígenas e também do Ministério dos Povos Indígenas. Afirmou que os povos indígenas sempre participaram do Consea e que a saúde dos povos indígenas depende da segurança alimentar. Afirmou a importância de os povos indígenas ocuparem espaços como o Consea enquanto resultado da luta e trajetória do movimento indígena. A Ministra enfatizou a importância de se discutir a questão climática, suas causas e as estratégias de combate à crise climática. Segundo ela, discutir mitigação e adaptação não é mais um assunto para o futuro, mas sim a realidade, um problema do presente. Destacou que os povos indígenas apesar de serem conhecidos como os guardiões da Terra, por protegerem o meio ambiente e a biodiversidade são severamente impactados pela mudança climática. Expressou solidariedade à situação catastrófica que tem acontecido no Rio Grande do Sul. Afirmou que não podemos colocar a culpa na chuva, mas que devemos refletir sobre a responsabilidade da ação humana que muitas vezes é motivada pela ganância e pelo lucro. Frisou que é importante buscar o equilíbrio entre o social, o econômico e o ambiental. Observou que não é possível discutir a economia do país de forma descolada da agenda indígena. Informou que os povos indígenas representam 5% da população mundial e que no Brasil representam menos de 1% da população, sendo 1,7 milhão indígenas segundo dados do IBGE de 2023. A Ministra afirmou que mesmo os indígenas sendo 5% da população mundial eles protegem 82% da biodiversidade do planeta, segundo dado das Nações Unidas. Por esse motivo, a Ministra pontuou a importância da demarcação das Terras Indígenas. A declaração das Nações Unidas para a floresta tropicais reconhece o conhecimento tradicional dos povos indígenas e comunidades tradicionais como uma das últimas alternativas para conter a crise climática. Os sistemas alimentares precisam ser discutidos à luz dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e do que esses povos podem ensinar sobre produção e sistemas agroflorestais. Os povos indígenas têm muito a contribuir para a redução das emissões e seu impacto nas mudanças climáticas, e assim reduzir também as desigualdades. Resgatou que o Presidente Lula tem falado muito sobre o compromisso de reduzir as desigualdades e que os povos indígenas estão no centro desse debate. Louvou a importância de o Consea discutir as mudanças climáticas e retornou ao tema da demarcação dos territórios indígenas como preponderante para garantir a segurança alimentar e nutricional dessa população. Destacou que os licenciamentos ambientais devem respeitar os territórios tradicionais; que sejam consideradas as decisões do Comitê Gestor da PNGATI, que é a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas; que seja respeitada a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho - OIT; e existam condições físicas, administrativas e financeiras para o pleno funcionamento do Conselho Nacional de Política Indigenista e demais comitês regionais indígenas. Sinalizou que está em discussão uma transferência

de renda adicional para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, inscritos no Cadastro Único quando houver declaração de emergência ou calamidade climática e ambiental nos municípios e territórios que habitem, visando garantir a segurança alimentar dessas famílias atingidas, promovendo a proteção desses povos, frente à justiça climática. Expôs a articulação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA sobre o resgate de sementes e cultivos tradicionais; o acesso ao Pronaf; o acesso a mercados como o PAA e o PNAE; e geração de renda e de processos formativos formais e informais, fundamentados na gestão territorial e ambiental, incluindo áreas de retomada com vistas à soberania e segurança alimentar e nutricional; ao enfrentamento às mudanças climáticas e a autonomia dos povos indígenas, no contexto urbano e rural e imigrantes refugiados. Enfatizou mais uma vez a importância do Consea como espaço de fortalecimento dessas discussões. Agradeceu aos Ministros Wellington Dias, Márcio Macedo e Cida pelos diálogos e parcerias. Finalizou agradecendo à Presidenta do Consea pela oportunidade. A Presidenta do Consea retomou a condução da mesa e passou a palavra para a Ministra das Mulheres, a Sra. Aparecida Gonçalves. A Ministra das Mulheres iniciou sua cumprimentando a Presidenta do Consea e a Ministra dos Povos Indígenas, para na sequência cumprimentar os Ministros Wellington Dias e Márcio Macedo. Saudou a todos os presentes na Plenária. Explicitou a importância de discutir a insegurança alimentar, pois os dados mostram que as mulheres são as mais prejudicadas por esse problema, elas estão em situação de vulnerabilidade, pobreza absoluta ou em insegurança alimentar. Por isso, o Ministério das Mulheres está colocando a segurança alimentar como tema prioritário em sua agenda. Abordou o tema da justiça climática, sobre o qual não se pode avançar sem a inclusão das mulheres, que são 52% da população do país. Afirmou que na maioria das vezes são as mulheres que mais protegem o ambiente e constroem a justiça climática ao seu modo. Problematisa que o principal desafio a ser enfrentado é a inclusão das mulheres que lutam por justiça climática no centro do desenvolvimento econômico do país. Sem que esse desenvolvimento implique impactos ambientais como os ocorridos no Rio Grande do Sul. Falou da importância do diálogo com as mulheres indígenas, via o MPI, e com as pescadoras, para que se possa construir um processo de desenvolvimento mais justo e solidário. A Ministra das Mulheres voltou a enfatizar que as mulheres estão em condição de vulnerabilidade e questionou a quem interessa a fome e a situação do clima como está. Dessa forma, concluiu dizendo que o Ministério das Mulheres está à disposição para o enfrentamento dos desafios colocados. A Presidenta do Consea agradeceu pela fala da Ministra Cida Gonçalves e passou a palavra para o Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, Sr. Wellington Dias. O Ministro do MDS iniciou sua fala parabenizando o Consea pela escolha do tema da Reunião Plenária. Cumprimentou às Ministras Sônia Guajajara e Cida Gonçalves e ao Ministro Márcio Macedo que estavam na mesa e às Secretárias Nacionais Lilian Rahal e Valéria Burity que estavam na plateia. Relembrou histórias com seu avô para introduzir o problema da desconexão do homem com a natureza. Comentou dados apresentados no dia anterior pela Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva, sobre alterações em fenômenos climáticos, como o El Niño, que têm feito com que cenários de seca prolongada ou enchentes próximas tenham se tornado recorrentes e

661 demandam com que tratemos esses cenários como a normalidade e não mais como uma
662 exceção. Relatou que esteve no Rio Grande do Sul em fevereiro e que seria o terceiro
663 ano de seca, porém 3 meses depois houve o primeiro ciclone e depois outro ciclone e
664 depois enchentes seguidas de seca e de nova enchente. Falou da catástrofe climática e
665 da força tarefa de Ministérios para a reconstrução do estado do Rio Grande do Sul.
666 Informou que no começo de 2023 o Presidente Lula autorizou um investimento para a
667 criação de um sistema de prevenção, um sistema de monitoramento em que é possível
668 comunicar através do celular ou integrado com a rede de educação, saúde, SUAS, todas
669 as redes, e ter um alerta, um alerta mesmo quando o telefone estiver desligado, mesmo
670 quando você tiver atendendo uma ligação, com som, com imagem, com mensagem de
671 alerta. Previu no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, R\$ 84 bilhões para
672 investimentos em ações preventivas. Segundo o Ministro do MDS estão mapeadas mais
673 de 3.700 áreas de risco em diferentes regiões do Brasil. O Ministro compartilhou que
674 estão sendo pensadas estratégias para o aproveitamento de alguma porção da
675 produção de arroz do Rio Grande do Sul que estava armazenada e fora inundada. A
676 Caisan e o Consea precisam trabalhar num plano a longo prazo para cuidar dessas
677 situações. O Ministro do MDS problematizou sobre a necessidade da criação de
678 estratégias que vão desde a recuperação a áreas degradadas a agroflorestal produtiva.
679 Conclui afirmando que a Caisan está trabalhando para propor alternativas integradas,
680 junto aos 24 Ministérios partícipes, reforçando a importância do debate que será pelo
681 Consea e colocando o MDS à disposição dessa agenda. A Presidenta do Consea
682 agradeceu a participação do Ministro Wellington Dias e passou a palavra para o Ministro
683 Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República SG-PR, Sr. Márcio Macedo. O
684 Ministro Chefe da SG-PR cumprimentou todos os presentes fazendo menção especial à
685 Presidenta do Consea e às Ministras e Ministro que estavam na mesa. Destacou a
686 presença da Plenária do Consea e a atuação nesse conselho como exemplo da
687 reconstrução do país. Afirmou a importância da participação social e seu orgulho do
688 processo de construção do Planejamento Participativo e do expressivo uso da
689 plataforma Brasil Participativo. Informou que os dados mostram que 61% das pessoas
690 que participaram desses processos são mulheres. Compartilhou que se atrasou para
691 essa Reunião Plenária em virtude de agenda presidencial de sala de situação sobre o Rio
692 Grande do Sul e informou que ele, juntamente com o Ministro Wellington Dias
693 coordenarão um grupo de trabalho que organizará o processo de doações para aquele
694 estado. Relatou sobre o difícil cenário que encontrou em visita recente ao Rio Grande
695 do Sul e das necessidades que a população tem apresentado. Narrou uma grande
696 articulação que tem sido feita com os movimentos sociais e com os prefeitos do estado
697 para levar dignidade aos gaúchos. Dito isso, o Ministro Chefe da SG-PR retornou sua fala
698 para o tema da Reunião Plenária expondo que tem formação em biologia e mestrado
699 em meio ambiente e que está engajado no debate da questão ambiental há anos.
700 Afirmou que as mudanças climáticas interferem na vida das pessoas e que problemas
701 sociais e ambientais são interligados. Enfatizou que o debate promovido pelo Consea,
702 que aproxima os temas da mudança climática e da fome e escassez de alimentos é
703 fundamental para subsidiar o Presidente da República na tomada de decisão sobre esses
704 temas e suas políticas públicas. Ressaltou a importância do Consea como espaço diverso

e significativo de participação social. O Ministro Chefe da SG-PR indicou o desejo de acompanhar a apresentação dos dados sobre o enfrentamento à fome que acontecerá no período da tarde. Ponderou que às vezes se esquece que havia 33 milhões de pessoas passando fome no Brasil, quando o atual governo se instalou e que hoje chegamos no dia 1 de janeiro de 2023, mas que graças ao trabalho que tem sido realizado hoje 73% dessas pessoas já voltaram a se alimentar, ou seja 24 milhões de pessoas. Essa conquista também é do Consea. É muito importante que a sociedade se posicione, cobre e oriente o governo e o Consea é um exemplo da atuação coordenada entre a sociedade civil e o governo. Parabenizou a conquista da ampliação do orçamento para as políticas públicas de combate à fome. Destacou que o Presidente tem o povo como prioridade e que num sistema de governo de coalizações há muitas pressões que fazem com que essa prioridade seja um ponto muito sensível pelo qual se luta cotidianamente. O avanço das políticas públicas de combate à fome e à pobreza demanda o aprofundamento da participação da sociedade no governo, para ajudar o governo a corrigir os seus erros e fazer as políticas públicas para o conjunto da população. Concluiu desejando um bom debate à Plenária. A Presidenta do Consea agradeceu a fala do Ministro Márcio Macedo e na sequência voltou a agradecer a participação de todos os ministros presentes. A sessão foi encerrada com o pedido de retorno às 14 horas. A Presidenta do Consea iniciou a sessão da tarde informando que seriam feitas duas contribuições ao debate da manhã e que na sequência os representantes do MAPA e da SESAN-MDS retornariam à mesa para viabilizar o diálogo com a Plenária. **Ponto de Pauta: Mudança do clima: visões e perspectivas a partir dos sujeitos de direito e territórios.** A Presidenta do Consea convidou a Sra. Adailma Ezequiel Pereira, da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, Polo do Borborema-PB, e a Sra. Thaynah Gutierrez, da Rede por Adaptação Antirracista para compor a mesa. As falas foram iniciadas pela Sra. Adailma Ezequiel Pereira, que cumprimentou a mesa e se apresentou como uma jovem agricultora negra vinda da Paraíba, mais precisamente do município de Queimadas. Expôs que o Polo Borborema da AS-PTA é formado por um conjunto de 3 sindicatos da agricultura familiar de base agroecológica que tem atuado por 30 anos no semiárido nordestino e com a convivência com a seca da Paraíba. Hoje são um grupo de mais de 20 mil famílias, naquele território, que produzem alimento para si, para sua família, mas também para alimentar o município onde moram, para alimentar o estado da Paraíba, e aí eu vou mais além, para alimentar toda a sociedade. Relembrou sobre a importância do trabalho realizado durante os anos de pandemia para conseguir levar alimentos para a casa de muitas famílias. Hoje o território tem 12 feiras agroecológicas para que os agricultores e as agricultoras possam vender o excedente da sua produção. Além de 5 quitandas, que são espaços fixos onde o agricultor pode vender seu produto todos os dias. Há ainda 60 bancos de sementes comunitários, com mais de 2 mil guardiões e guardiãs de sementes da paixão – nome dado às sementes por carregarem a história familiar dos agricultores. Destacou que o Polo Borborema acredita no trabalho da juventude e que é por isso que ela chegou até a Plenária do Consea. Abordou a confiança no trabalho da juventude e em uma agricultura familiar de base agroecológica, uma agricultura diferente que gera vida e não morte, como o agronegócio. Comentou sobre a importância de políticas públicas como o Programa do P1+2 e o P1MC para a mudança

nas condições de vida de muitas mulheres, jovens e agricultores que necessitavam de água. Calcula 11 mil cisternas de água de beber, no território, cerca de 2.700 infraestruturas de água de produção, dando possibilidade para as mulheres trabalharem nos arredores de casa, no que chamam de quintal produtivo. O quintal produtivo tira a mulher da invisibilidade e proporciona a independência financeira a ela. Diante de toda a trajetória, a gente entende que mora e vive e faz um território produtor de alimentos de qualidade. Nesse contexto, a representante da AS-PTA reiterou a importância da atuação da juventude no território. Também foi problematizada a instalação de parques eólicos no Nordeste e os impactos que trazem para a população da região. Ponderou que o coletivo de agricultores não é contra as energias renováveis, porém argumentou que faltam pesquisas e atenção do poder público para mitigar os impactos na vida das pessoas. Alertou que é incoerente falar de solução das mudanças climáticas quando os parques eólicos uma vez instalados devastam a natureza. Falou sobre a importância de se preservar e respeitar o bioma caatinga, que é o bioma do Nordeste e que a energia renovável que desejam é descentralizada e realmente limpa. Criticou o fato de empresas estrangeiras se apropriarem das riquezas naturais do país e que esse modelo de desenvolvimento não traz desenvolvimento para o local. Problematicou o fato de empresas alugarem territórios para a instalação de parques eólicos e de como isso faz com que a agricultura perca espaço para existir. Reiterou o trabalho da agricultura de base agroecológica é o que realmente traz desenvolvimento com preservação. Resgatou o tema dos bancos de sementes e quintais produtivos e o fato de que graças a esse trabalho os jovens como ela têm a opção de permanecer no campo. Frisou que a agroecologia ainda é uma porta de saída para se remediar as mudanças climáticas. Denunciou a pressão sofrida no campo, a partir do exemplo do Polo Borborema, em que os agricultores temem perder seu território e sua produção para grandes empresas que querem se instalar na região. Concluiu sua fala afirmando sobre a resistência e resiliência dos agricultores familiares que trabalham e lutam para continuar produzindo alimentos. A Presidenta do Consea agradeceu o relato e comentou sobre a importância da denúncia apresentada pela Sra. Adailma Ezequiel Pereira acerca da tentativa de apropriação dos territórios por grandes empresas. Após essa consideração, a Presidenta do Consea passou a palavra para a Sra. Thaynah Gutierrez, Secretária-Executiva da Rede por Adaptação Antirracista. A Secretária-Executiva da Rede por Adaptação Antirracista iniciou sua fala saudando os presentes e a Sra. Adailma Ezequiel Pereira que falou anteriormente. Além disso, pediu a benção aos mais velhos e aos mais jovens para começar sua explanação. Ela explicou que a sua instituição é uma rede de organizações que tem como principal objetivo fazer uma incidência política nos temas de mudanças climáticas e adaptação climática, levando as perspectivas antirracistas das organizações que estão nos territórios espalhados pelo Brasil, produzindo soluções climáticas, e que muitas das vezes elas são excluídas nos processos de desenho das políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas. A Secretária-Executiva compartilhou que também participa do Instituto Omonanã, que atua com projetos de soberania alimentar e educação socioambiental para terreiros e comunidades de matriz africana nas periferias urbanas, entendendo a importância que os terreiros tem para resgatar os fundamentos da soberania alimentar, a partir da agroecologia e garantir resiliência climática para as

793 periferias urbanas. Abordou com tristeza a situação do estado do Rio Grande do Sul e
794 acrescentou que esse é o estado com maior número de comunidades de terreiro do
795 Brasil, com 65 mil dessas comunidades comandadas por pessoas negras e quilombolas.
796 Afirmou que a adaptação climática antirracista é a única capaz de garantir que todas as
797 vidas sejam acolhidas e resguardadas. Observou que tanto o tema da crise climática
798 quanto das políticas de mitigação e adaptação não são novidade. Analisou que o Plano
799 Safra é responsável por proteger o setor agropecuário dos riscos advindos das mudanças
800 climáticas e que há recursos financeiros suficientes para esse enfrentamento. Por isso,
801 questionou sobre a falta de destinação de recursos e sobre a não priorização do tema
802 das mudanças climáticas por parte do governo. Argumentou que são as populações
803 negras, quilombolas e indígenas, mulheres, adolescentes, crianças e idosos nas
804 periferias das grandes cidades já convivem com a escassez de alimentos saudáveis, com
805 a oferta de ultra processados, com a falta de moradia, com a obrigação de viver em áreas
806 de risco iminente. E diante do aumento das chuvas causadas por inúmeros fatores, são
807 essas populações que já possuem essas ausências que vão morrer primeiro porque
808 vários outros serviços não chegam e as respostas emergenciais aos desastres, causados
809 pela crise climática, também chegam tarde demais. Informou que desde 2023 as
810 organizações que compõem a Rede de Adaptação Antirracista, estão sobre o Plano
811 Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas coordenado pelo Ministério de Meio
812 Ambiente e Mudança do Clima e que estão trabalhando para trazer a visão das
813 comunidades, dos territórios mais prioritários para a agenda climática para o centro
814 desse Plano de Adaptação Climática. Pontuou que a existência de um Plano por si só não
815 responde a todas as demandas, nem dá conta de todas as urgências que estão
816 acontecendo. Ponderou que a culpa dos desastres ambientais sem precedentes é da
817 falta do olhar para a gestão do risco e da prevenção. Por isso, acredita que os governos
818 precisam escutar e validar as vozes das lideranças climáticas que vivem diariamente a
819 mudança do clima e já estão produzindo as suas soluções. Porém sem recurso, sem
820 estrutura e sem política pública, essas soluções não conseguem resolver o problema do
821 clima e nem devem resolver sozinhas porque esses problemas não foram causados por
822 essas lideranças comunitárias. Expôs que a participação social efetiva é um grande
823 desafio, pois muitas vezes ela se dá apenas de maneira superficial e simbólica, nas fases
824 iniciais da política pública, enquanto os processos de implementação e monitoramento
825 das políticas são feitos em portas fechadas, com ausência de participação das
826 comunidades, das lideranças e dos territórios mais afetados e priorizados. Com isso,
827 abordou o descolamento entre a implementação de políticas públicas e o
828 acompanhamento das comunidades locais como sendo prejudicial para a efetividade
829 das ações. É sabido que os governos locais precisam de mais direcionamento para
830 garantir que a adaptação seja feita. Ao mesmo tempo, é sabido que governo federal
831 hoje tem espaço e legitimidade para construir justamente esses direcionamentos em
832 conjunto com a sociedade civil. Portanto, falta o governo federal assumir o seu
833 protagonismo enquanto mediador das respostas urgentes às crises climáticas e retornar
834 para os estados e municípios com mais e melhores ferramentas para lidar com essa
835 situação. Voltou a criticar a falta de priorização para o financiamento da agenda
836 climática por parte do governo. Concluiu dizendo que a adaptação às mudanças

climáticas é uma urgência e que se nota que a situação vai piorar. Por isso, é preciso garantir ações efetivas e urgentes, como as políticas públicas com previsão orçamentária, para as cidades, bem como garantir um olhar para as lideranças em todos os processos. A Presidenta do Consea parabenizou pela fala e convidou os representantes da SESAN-MDS, Sra. Patrícia Gentil, e do MAPA, Sr. Gustavo Goretti, retornassem à mesa para abrir um espaço de diálogo com a Plenária. **Ponto de Pauta: Manifestações da Plenária.** O Sr. Julián Pérez Cassarino (Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) apresentou seu desagravo com relação ao modelo de produção da agricultura e pecuária que possui grande impacto para o clima. Problematicizou o tema do desenvolvimento e defendeu a substituição do modelo de produção atual por sistemas de produção mais biodiversos. Falou da importância de trazer o MAPA para o diálogo e problematizou o processo de arborização do eucalipto. Pontou a importância da Embrapa e universidades investirem em pesquisas no campo da silvicultura. Ponderou que a agroecologia não é a única solução e que existem muitas soluções, porém todas precisam enfrentar os modelos atuais de produção. Significa enfrentar o interesse das corporações que dominam os sistemas alimentares e que têm dominado o debate sobre os sistemas alimentares na ONU, no Congresso brasileiro, no executivo e em todos os lugares. Concluiu com a preocupação de que os causadores dos problemas ambientais não estão interessados na solução e que a ganância por lucro poderá fazer com que em breve novos problemas aconteçam. A Sra. Maluh Barciotte (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) apresentou sua vinculação institucional à Rede Brasileira Infância e Consumo – Rebrinc, e que no Consea é suplente do IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor. Compartilhou que se emocionou em diversos momentos. Expôs que trabalha com o tema do consumo desde a década de 1990 e problematizou o conceito de consumo responsável, uma vez que consumir e usar até o fim. Afirmou a importância de mobilizar a sociedade e oferecer as informações necessárias para o exercício da cidadania. Nesse contexto, pediu as palestrantes Sra. Adailma Pereira e Sra. Thaynah Gutierrez compartilhem material para divulgação. Refletiu sobre como lutar contra as grandes corporações se a sociedade não estiver engajada. Falou sobre a riqueza do momento e da vontade de levar as informações para os jovens de Santo André, que não sabem quem são personalidades como Ailton Krenak e Chico Mendes. Concluiu parabenizando a Presidenta e afirmando sua paixão pelo Consea. O Sr. Arimatéia França (Presidente do Consea – PB) se apresentou como membro de uma organização chamada Move Social, que é o Centro de Apoio às Atividades Populares. Ele cumprimentou a sua conterrânea, Sra. Adailma Pereira, e compartilhou que os temas abordados por ela foram tratados nas conferências municipais e estadual de segurança alimentar e nutricional. Problematicizou que o bioma da caatinga já enfrentava o problema da seca e que agora foi agregado um novo problema, de dimensão incalculável até o momento, porque o impacto é muito grande, que são os parques eólicos. Falou sobre o histórico de discussão do material para construção das cisternas em um período em que foi necessário defender o uso de placas ao invés de PVC e que esse trabalho foi árduo, mas trouxe o resultado esperado. Observa que no momento atual o Consea vive um debate semelhante, com um grande desafio sobre o financiamento e a distribuição regional dos recursos advindos das energias

881 naturais, apontando o conflito entre interesses para o sul do país sobre o nordeste.
882 Concluiu dizendo não ser contra as energias renováveis, mas elas precisam ser justas e
883 trazer o resultado que a população espera. O Sr. Silvestre (Rede Nacional Religiões Afro-
884 brasileiras e Saúde) informou que tem 41 anos de iniciado no candomblé, pediu a
885 benção e iniciou sua fala dizendo que muitas famílias recebem a única fonte de proteína
886 por meio dos terreiros. Afirmou que as comunidades de terreiro e comunidades
887 tradicionais não são agressoras do meio ambiente. Pediu que o MDS e o MDA tenham
888 um olhar diferenciado para essas comunidades e criticou a exigência de inscrição no
889 CNPJ para essas comunidades terem acesso ao Programa de Cozinhas Solidárias. Relatou
890 que nas igrejas estão chegando caminhões e caminhões de alimento, mas nos terreiros
891 não está chegando nada. No Sul que é onde tem mais comunidade de terreiro, mas as
892 pessoas das comunidades que foram atingidas, para ter acesso a alimento, precisam
893 ficar abrigadas em igrejas e estão tendo de tirar os seus símbolos sagrados. Concluiu sua
894 fala reiterando a necessidade de os ministérios olharem de forma diferenciada para as
895 comunidades de terreiro. O Sr. Edgar Aparecido de Moura (Agentes de Pastoral Negros)
896 parabenizou as exposições das palestrantes Sra. Adailma Pereira e Sra. Thaynah
897 Gutierrez e reforçou que a escolha do tema da Reunião Plenária foi acertada. Pontuou
898 a importância de que nos documentos originados dessa reunião explicitem a justiça
899 social e o racismo ambiental. Afirmou que os dados mostram que a população mais
900 atingida pelos impactos do clima é a população negra, população pobre e periférica.
901 Resgatou a situação trazida pelo Sr. Silvestre sobre a imposição de retirada de símbolos
902 sagrados em igrejas e vinculou esse fato ao racismo institucional. Tratou o tema como
903 denúncia e pediu ajuda dos ministérios para enfrentar o problema. Nesse contexto,
904 afirmou que um dos papéis do Consea é o de chamar a atenção da Caisan para que seja
905 feita a mobilização dos 24 ministérios partícipes a tratar o tema do meio ambiente,
906 tendo na pauta o racismo institucional, o racismo estrutural, a justiça social e a justiça
907 climática. Além disso, criticou a comemoração da abolição da escravatura no mês de
908 maio, já que esse processo não inseriu a população negra na sociedade com trabalho,
909 tendo sido jogada no fundo da periferia, nos morros. As comunidades quilombolas
910 levantam de manhã com as empresas querendo ocupar seu território. Denunciou que
911 há marisqueiras sem ter como e onde mariscar e questionou se essas pessoas terão de
912 ir para os centros urbanos pedir esmola ou viver de benefícios sociais. Convidou a Sra.
913 Thaynah Gutierrez para acompanhar a reunião da Comissão Permanente 5 e finalizou
914 sua fala reforçando a importância da atuação do Consea para incidir sobre o governo de
915 coalizção. O Sr. Daniel Paz dos Santos (Representante Nacional da População em
916 Situação de Rua – SC) se apresentou e disse ter orgulho de participar do Consea e dar
917 visibilidade para a pauta da população em situação de rua. Falou sobre as dificuldades
918 enfrentadas pela população em situação de rua em todas as regiões do país, destacou a
919 falta de moradia, de políticas intersetoriais, a falta de água potável e de alimentação
920 para esse segmento. Lamentou o fato de a população em situação de rua não acesso ao
921 mínimo, que são as cozinhas solidárias. Porque somos capazes, estamos na rua por
922 alguma coisa que aconteceu em nossas vidas, mas somos seres humanos, somos
923 pessoas, somos profissionais, temos boa vontade e sabemos fazer as coisas. Reclamou
924 que a invisibilidade dessa população afeta o acesso às políticas e alertou a dificuldade

925 das pessoas em situação conseguirem pegar cestas de alimentos nos CRAS por falta de
926 telefone. Afirmou que o descaso, o preconceito e o racismo industrial vêm matando o
927 povo em situação de rua, vem dizimando cidades sem informações sobre a chegada de
928 uma tragédia ambiental. Concluiu sua fala pontuando a importância da
929 comunicação, que vai prevenir tragédias e possibilitar o acesso a direitos. A Sra. Patrícia
930 Gentil (representante da SESAN-MDS) agradeceu pelo espaço de fala e parabenizou o
931 Consea pela escolha do tema para discussão. Comentou sobre o momento estratégico
932 para o debate acerca as mudanças climáticas e da segurança alimentar e nutricional, em
933 virtude da construção do Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas por parte do
934 MMA. Falou do compromisso com a agenda de oficinas para a construção desse Plano
935 e do desafio de responder aos principais riscos e vulnerabilidades que estão postos
936 nessa agenda. Saudou as falas das palestrantes Sra. Adailma Pereira e Sra. Thaynah
937 Gutierrez. Voltou a falar do Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas e observou que
938 é um compromisso institucional desenvolver um plano alicerçado nos pilares da justiça
939 social e do racismo ambiental. Resgatou a fala do Sr. Silvestre sobre exigibilidade d CNPJ
940 para o Programa Cozinhas Solidárias e complementou informando o MDS está
941 comprometido com a questão emergencial e não há pedido de CNPJ para a entrega de
942 cesta básica. Informou que no dia seguinte haveria participação de sua equipe na
943 reunião da Comissão Permanente 7 para fazer uma discussão de cozinha solidárias na
944 perspectiva de povos e comunidades tradicionais. Afirmou que estava à disposição para
945 tratar do tema também na Comissão Permanente 5. Expôs que a equipe está
946 enfrentando os desafios relativos à implementação das Cozinhas Solidárias e também
947 em relação à entrega dos alimentos do PAA. Além disso, comunicou a iminência do
948 lançamento de um edital para contratação das entidades gestoras que vão começar a
949 apoiar as cozinhas financeiramente. Concluiu sua fala afirmando o compromisso de
950 estreitar o diálogo com olhar mais focado nas Comissões Permanentes 7 e 5. A Sra.
951 Adailma Ezequiel Pereira (Representante AS-PTA agricultura familiar e agroecologia do
952 Polo de Borborema) agradeceu a oportunidade de fala no âmbito do Consea, reafirmou
953 que acredita agroecologia é um caminho pra gente enfrentar as mudanças climáticas e
954 convidou a Plenária a acessar o canal do YouTube, no *site* da AS-PTA, para terem acesso
955 a muitos vídeos, de jovens agricultores falando sobre suas experiências. Concluiu
956 ressaltando a resiliência dos agricultores familiares da sua região frente às investidas
957 das grandes empresas, porque acreditam que no território em que se produz qualidade
958 de vida, não é lugar de produzir energias renováveis de longa escala. O Sr. Gustavo
959 Goretti (representante do MAPA) demonstrou alegria por ter podido apresentar um
960 pouco do trabalho que o ministério vem desenvolvendo. Concordou que a diversificação
961 na produção é um dos pilares da resiliência e que o MAPA tem trabalhado muito com a
962 questão de integração de culturas, integração de sistemas produtivos mais resilientes.
963 Mencionou que apesar de as grandes produções terem mais acesso às tecnologias por
964 serem mais capitalizadas, não é possível deixar de olhar para as pequenas produções.
965 Avaliou que o principal foco de ação e de investimento deveria ser a assistência técnica
966 rural e assistências técnicas e extensão rural, para que o produtor rural compreenda os
967 sistemas que existem e qual se adapta melhor a sua realidade. Concluiu destacando a
968 importância de que os diversos setores, diversos ministérios, apoiem a assistência

969 técnica no Brasil. A Sra. Thaynah Gutierrez (Representante Rede por Adaptação
970 Antirracista) agradeceu a oportunidade e colocou a Rede por Adaptação Antirracista à
971 disposição para colaborar nos demais planos setoriais dentro do Plano Nacional de
972 Adaptação às Mudanças Climáticas. Falou que até o final do ano a Rede pretende
973 produzir uma cartilha voltada para adaptação antirracista, para circular nos territórios
974 para as lideranças comunitárias, e espera poder receber o apoio dos conselheiros do
975 Consea para garantir que isso circule nos territórios. Reforçou que se é feita a opção de
976 dar centralidade para as comunidades negras, indígenas, quilombolas e para as
977 populações periféricas na resposta à crise climática, a resposta virá para toda a
978 sociedade. A Presidenta do Consea agradeceu pelas intervenções. Falou que o tema das
979 mudanças climáticas continuaria sendo discutido no âmbito do Consea e colocou a
980 expectativa de que a Mesa Diretiva apresente um processo de trabalho para que na
981 Plenária de junho seja aprovada uma recomendação a respeito desse tema. Na
982 sequência informou que a pauta da Plenária continuaria com a formação de uma nova
983 mesa com a Secretária-Extraordinária de Combate à Fome, Sra. Valéria Burity, o Sr.
984 Marcelo Galiza, SECF-MDS, e os pesquisadores da Rede Brasileira de Pesquisas em
985 Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Sr. Renato Maluf e a Sra. Sandra Chaves.
986 Antes dar início às apresentações, a Presidenta do Consea destacou e agradeceu a
987 presença da Primeira-dama do Brasil Janja Lula da Silva. **Ponto de Pauta: Apresentação**
988 **dos resultados da EBIA - Pesquisa Nacional por Amostra dos Domicílios Contínua**
989 **(PNAD): Segurança Alimentar e Nutricional 2023.** A Sra. Valéria Burity (Secretária
990 Extraordinária de Combate à Fome) agradeceu o espaço de fala e oportunidade de
991 apresentar os dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional. Falou
992 da importância de se aprimorar a forma de identificação das pessoas que passavam
993 fome e de retomar a realização de pesquisas que haviam sido interrompidas no governo
994 anterior. A Secretária da SECF informou está sendo criado um sistema de vigilância em
995 segurança alimentar e nutricional, no âmbito do Sisan. Explicou que a EBIA é uma escala
996 que mede a percepção das pessoas, a vivência dessas pessoas com insegurança
997 alimentar. A primeira vez que ela foi aplicada, foi em 2004, era o primeiro ano do
998 governo Lula, um governo que colocou no centro da agenda o tema da segurança
999 alimentar. E como consequência foram criadas leis, instituições, políticas públicas,
1000 naquele momento reunidas no Programa Fome Zero para enfrentar a fome e foram
1001 obtidos resultados expressivos. Em 2004, o Brasil apresentava 65% dos domicílios em
1002 segurança alimentar; 35% da população em insegurança alimentar geral e 7% da
1003 população em insegurança alimentar grave, que é fome. Em 2009, a EBIA foi realizada
1004 também pelo IBGE e observou-se uma redução média de insegurança alimentar grave
1005 de 7% para 3,2%. Esse resultado demonstra a importância das políticas de segurança
1006 para o combate à fome. O melhor resultado aferido foi em 2013 e naquele momento o
1007 Brasil passou a ser uma referência no campo de segurança alimentar e nutricional.
1008 Quando o Brasil sofreu o golpe e retrocesso nas políticas sociais, na falta de valorização
1009 do salário mínimo, nas políticas de segurança alimentar, o PAA, o Cisternas, programas
1010 muito caros aqui para o Consea, houve um aumento da fome. Comentou que além do
1011 retrocesso de políticas públicas, houve um retrocesso de informações com um apagão
1012 em relação às pesquisas. Nesse contexto, louvou o trabalho da Rede PENSSAN que

realizou pesquisa aplicando a metodologia da EBIA. Em 2020, a primeira pesquisa da Rede PENSSAN retornou um dado de que 9% dos domicílios estavam em insegurança alimentar. Em 2022, os níveis de insegurança alimentar chegaram a 58,7% dos domicílios e a fome esteve presente em 15,5% dos domicílios. Informou que o Sr. Marcelo Galiza, da SECF-MDS, apresentará na sequência os dados mais recentes sobre a insegurança alimentar, a partir de uma análise de dados da PNAD, e destacou o trabalho que em sendo feito pelo atual governo que já tem como resultado a retirada de 20 milhões de pessoas da situação de fome. Concluiu afirmando a consciência do papel do Consea e do papel que as políticas têm para determinar a trajetória da fome e da segurança alimentar no país. O Sr. Marcelo Galiza (SECF-MDS) cumprimentou os presentes e iniciou sua fala precavendo a Plenária de que devido ao curto espaço de tempo entre o recebimento da base de dados e a produção das análises poderia haver lacunas e ausências de informações. Os dados da PNAD foram coletados no 4º trimestre de 2023 e mostram que 21 milhões de domicílios têm algum grau de insegurança alimentar, sendo que desses 3,2 milhões de domicílios estão em grau de insegurança grave ou 4.1%, que equivale a aproximadamente 8,7 milhões pessoas vivendo nesses domicílios. Observou que as desigualdades regionais diminuíram um pouco. A região Norte, que tinha um grau de segurança alimentar no último Vigisan de 28% dos domicílios apenas estavam em segurança alimentar, saltou para 60%, um crescimento de mais de 100%. A região Nordeste que tinha apenas 31% dos domicílios em situação de segurança alimentar, também saltou para 60%, um crescimento de 75%. E quando se olha para os estados é possível ver a mesma tendência. Todos os estados brasileiros apresentam um crescimento da segurança alimentar de no mínimo 30%, mas os estados que apresentaram o maior crescimento da segurança alimentar foram justamente os que tinham menor percentual de domicílios em situação de segurança alimentar, no caso de Ceará, Amapá, Piauí, Alagoas, Maranhão, todos eles tinham apenas entre 20 e 30% dos domicílios com segurança alimentar. Destacou que esses dados precisam ser comemorados, apesar da persistência de grandes desafios. Enquanto a gente tiver um percentual significativo de domicílios em situação de insegurança alimentar grave, essa tem que ser a prioridade do governo, e o grande desafio é encontrar esses domicílios, saber como chegar neles e com quais políticas, quais seriam as mais efetivas para mudar essa situação. A região Nordeste, ela tem quase um milhão e 300 mil domicílios em situação de insegurança alimentar grave e a região Sudeste tem quase 1 milhão de domicílios em situação de insegurança alimentar grave. Ou seja, essas duas regiões respondem por 71% dos domicílios com moradores passando fome no país. Trouxe que a região Norte, apesar de contribuir um pouco menos para o número total de domicílios em insegurança alimentar apresenta uma prevalência de insegurança alimentar grave que é quase o dobro da média do país, com quase 8% dos domicílios nessa situação. Comentou os dados de insegurança alimentar em diferentes capitais do Brasil e ponderou a necessidade de uma abordagem diferenciada para cada contexto, explicitando as demandas dos espaços urbano e rural. Ao caracterizar os domicílios com incidência de insegurança alimentar e nutricional, nota-se que nos domicílios em que a pessoa de referência é uma mulher a InSAN é muito mais prevalente do nos domicílios em que a pessoa responsável é um homem. A Insan nos domicílios em que mulheres são

responsáveis é de 4.6%, maior do que a média nacional, que é 4.1%, e a Insan grave dos homens é 3.5%, abaixo da média nacional. Quando se aplica o recorte de raça, observa-se que 75% dos domicílios em Insan grave são chefiados por pessoas pretas ou pardas. Nos domicílios com pessoas pretas ou pardas a Insan grave atinge 5.3% ou 5.6% acima da média nacional. Por fim, quando se olha a posição na ocupação, se percebe que em 60% dos domicílios em Insan grave a pessoa responsável pelo domicílio estava sem ocupação. E chama a atenção o dado de que em 15% desses domicílios encontram-se pessoas ocupadas como conta própria. Comentou sobre a importância da construção de uma agenda de pesquisa para subsidiar a construção das políticas públicas. Os resultados mostraram que existem políticas eficientes, desde que elas sejam priorizadas e bem articuladas, e isso foi feito no primeiro ano de governo. Mas o desafio é muito grande, já que as desigualdades são estruturais e elas condicionam o acesso de vários grupos sociais às políticas e a tudo na sociedade. Concluiu comentando que esses resultados mostram a importância de se ter um monitoramento bem estruturado, com pesquisas periódicas, regulares, previsíveis, e essa é uma prioridade também no Brasil Sem Fome, uma ação de estruturação do sistema de monitoramento do Sisan. A Presidenta do Consea agradeceu pela exposição e comentou que também era importante comemorar a volta da informação dentro da estrutura de governo. Destacou a importância dos dados tanto para a revisão do Brasil Sem Fome, quanto na elaboração do Terceiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Devolveu a palavra para a Secretária da SECF-MDS fazer uma complementação na fala. A Sra. Valéria Burity (SECF-MDS) destacou que é importante que o Consea construa uma narrativa própria sobre o entendimento da fome. A EBIA é a pesquisa que usamos para direcionar políticas públicas, porque ela é voltada para o nosso território, a gente tende aonde a fome está, quais são os estados, quais são os grupos. Entretanto, é preciso conviver com os indicadores FAO presentes no Mapa da Fome, que se baseia em dois indicadores, usa uma escala que é inspirada na EBIA, e também usa um outro, que é o Fias. Esse indicador do Mapa da Fome é trienal e é muito conservador, ele não consegue capturar os avanços que fizemos no período de 1 ano. Então, o Brasil vai estar no Mapa da Fome, apesar do resultado muito bom que alcançamos na EBIA, porque haverá um outro indicador com outra metodologia. Observou que o Consea precisa comunicar essa informação, divulgar que o país conseguiu essa conquista por meio do sistema de segurança alimentar, de uma política econômica que concilia crescimento com redução de desigualdades. Encerrou seu complemento de fala afirmando que é muito importante que o Consea critique, mas também defenda aquilo que o governo conseguiu avançar. A Sra. Sandra Chaves (Coordenadora-geral da Rede Brasileira de Pesquisa de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) cumprimentou os presentes e agradeceu a oportunidade de participação em nome da Rede PENSSAN. Comentou que percebeu nas falas do Sr. Marcelo Galiza e da Sra. Valéria Burity a presença das palavras comemorar e reconhecer desafios. Isso se dá porque nós não estamos totalmente confortáveis porque a nossa meta é muito mais ambiciosa. Todavia, destacou que temos efetivamente de comemorar. Destacou que o retorno das pesquisas de insegurança alimentar realizadas pelo IBGE é um motivo para celebrar. Voltar a ter esses estudos é fundamental para governabilidade de todo o sistema. Relatou que a Rede PENSSAN realizou 2 pesquisas

em 2020 e 2021 e 2022, com o apoio de organizações não governamentais como o Instituto Ibirapitanga, ActionAid, Oxfam do Brasil, Fundação Ford, Sesc, Fundação de Fierbes e Ação da Cidadania, que financiaram essas pesquisas, porque não havia recursos governamentais para fazer pesquisa. Alertou que os resultados dessas pesquisas agora são bem conhecidos e mostravam em 2022, 15,5% dos domicílios em insegurança alimentar grave. Explicou que a Rede PENSSAN usa um modelo curto da EBIA, com 8 perguntas, e que o IBGE usa o modelo completo, com 14 perguntas. Por isso, pode haver diferença na casa de 1% a 2% com relação aos dados apresentados pelo Sr. Marcelo Galiza. Resgatou o histórico das pesquisas de InSAN e a série histórica de dados. Agora, as análises considerando os dados do Vigisan tornam os resultados ainda mais significativos, porque observamos uma redução para em torno de 8 a 9 milhões de brasileiros em insegurança grave, em relação aos 33 milhões que estavam anteriormente nessa situação. Portanto, o impacto é enorme, quando consideramos no contexto da pandemia, que foi um desgoverno total, foi um silêncio, porque nós fizemos o primeiro Vigisan em 2020 porque não havia movimento governamental de fazer pesquisa e a pandemia estava ali fazendo as coisas acontecerem. Porém, não gerou nenhum tipo de impacto dentro do governo. A Rede PENSSAN fez o segundo Vigisan e a situação estava ainda mais grave. Por isso, refeltiu que é muito importante considerar essa trajetória dos dados. Avaliou que a insegurança alimentar é muito sensível à situação democrática e às políticas sociais, a todas políticas que incidem sobre direitos humanos. Ponderou o contexto em que o governo retoma o compromisso com as políticas sociais. Considerou também como importante o controle da pandemia a partir de 2022, com a retomada da atividade econômica, medidas objetivas como o fim do teto de gastos, as questões fiscais que estão acontecendo, promovem confiança, melhora o rendimento médio, como nós já vimos. A Pesquisadora voltou a falar do histórico dos dados de InSAN e da redução do número de domicílios nessa condição. Expôs que o mundo rural concentra o maior percentual de domicílios em segurança alimentar. Corroborou a informação apresentada pelo Sr. Marcelo Galiza sobre os domicílios chefiados por mulheres e por pessoas pardas e negras e quando são feitos os estudos de interseccionalidade, raça e cor, a mulher preta é a que tem maior risco de insegurança alimentar grave. Apesar das melhorias no percentual de domicílios em insegurança grave não variou tanto do tempo e houve um crescimento da insegurança leve, que é a preocupação de que possa vir a faltar dinheiro para comprar comida. Considerou que há um conjunto de desafios relativos ao núcleo duro da pobreza, da exclusão e da fome, que precisa ser identificado e se tornar foco de ações específicas. Desde 2004 são as mesmas variáveis determinantes, então há algo aí a aprender e nos desafiar nesse enfrentamento. Ressaltou que a Rede PENSSAN tem buscado aperfeiçoar as pesquisas e procurado metodologias que alcancem populações e grupos vulnerabilizados, populações e povos tradicionais, como afrodescendentes, quilombolas, povos indígenas, povos de terreiro, com população LGBTQIAPN+, entre outros. Essas populações não são necessariamente alcançadas pelas amostras de pesquisas domiciliares. Finalizou reafirmando o compromisso da Rede PENSSAN com a pesquisa cidadã, por meio da qual espera estar somando para revelar situações que possam estar ainda cobertas pelo véu da desinformação. O Sr. Renato Maluf agradeceu

1145 a oportunidade de falar para a Plenária do Consea e saudou a presença da Primeira-
1146 dama Janja Lula da Silva. O Pesquisador iniciou sua fala dizendo que analisaria os dados
1147 do IBGE por 2 ângulos: o ângulo que é o da redução significativa, mas também o ângulo
1148 da permanência. Sobre a redução significativa, chamou a atenção de que temos é
1149 preciso ver como um fator fundamental a renda das famílias. Foi assim no Fome Zero e
1150 é assim agora também. A renda das famílias é um indicador nunca suficiente, mas o
1151 indicador é muito importante porque é revela uma questão de acesso. Destacou que a
1152 renda das famílias começou a melhorar em 2022 com uma estratégia eleitoreira do
1153 governo anterior, com o aumento do auxílio emergencial. Observou que na sequência,
1154 com o controle da pandemia, as pessoas puderam retornar para suas ocupações
1155 anteriores, em grande medida no setor informal. Mas que com o novo governo o
1156 movimento de criação de empregos formais tem trazido reflexos para a segurança
1157 alimentar, com a capacidade de acessar alimentos. O Pesquisador ponderou que esse
1158 ponto é essencial para se problematizar e compreender o alcance das políticas públicas.
1159 Expôs a importância de políticas públicas como o Bolsa Família, o PNAE e programas de
1160 apoio à agricultura familiar. Segundo ele, avaliar corretamente a extensão da
1161 contribuição da política pública é muito importante para se entender o que começou a
1162 ser reconstruído em 2023 e o que vem pela frente. Sobre a persistência da InSAN, o
1163 Pesquisador problematizou os impactos da pandemia para a vida das pessoas e sobre
1164 como a superação desse período fez com que muitas famílias saíssem da condição de
1165 InSAN. Porém, refletiu sobre a dificuldade em alcançar aqueles que permanecem com
1166 fome e o enfrentamento ao núcleo duro da pobreza. Daí ele questiona: será que nós
1167 estamos frente a uma característica construtiva da sociedade brasileira, que é de ter um
1168 percentual de fome? Para ele, não bastariam incrementos em programas sociais que já
1169 existem para solucionar essa questão. Afirmou que nos documentos oficiais, das
1170 entidades, sobretudo empresariais, o debate público, vem sendo hegemonizado por 5
1171 grandes referências estratégicas, todas elas relevantes: formação ecológica,
1172 carbonização, reindustrialização, bioeconomia e digitalização. Nesse sentido,
1173 questionou novamente se o país está reproduzindo uma lógica de que a fome e a
1174 pobreza são subprodutos de lógica econômica. Apresentou um pleito, ao Consea, à
1175 Rede PENSSAN e às outras Redes para que se debruce sobre esse tema para fazer
1176 proposições que coloquem o enfrentamento da fome como eixo estratégico tão
1177 importante quanto transformações ecológicas. Concluiu sua fala enunciando 5
1178 proposições: i) implementar iniciativas imediatas de mapeamento e identificação das
1179 famílias, grupos sociais, indivíduos que persistem na convivência com a fome e outras
1180 formas de insegurança alimentar; ii) reafirmar a demanda para que o IBGE se
1181 instrumentalize para realizar aferições frequentes da insegurança alimentar; iii)
1182 intensificar a construção e implementação do Sisani; iv) estimular no âmbito da Caisan e
1183 do Consea uma avaliação dos impactos já produzidos pela retomada das políticas
1184 públicas; e, v) incluir na pauta da Caisan e do Consea, o debate sobre o lugar dos
1185 alimentos e da alimentação na transformação social pretendida. A Presidenta do Consea
1186 agradeceu pela exposição das ideias e abriu a fala para a manifestação da Plenária. A
1187 Sra. Débora (Presidenta do Consea – BA) se mostrou admirada com os dados
1188 apresentados e analisou que eles são convergentes com o produto da escravidão no

1189 Brasil. Destacou a necessidade de construção de políticas que enfrentem a questão do
1190 racismo e do sexismo nas questões da situação de fome e na estruturação da
1191 desigualdade brasileira. Dialogou com a Secretária da SECF-MDS dizendo sobre a
1192 ausência de políticas estruturantes para a geração de renda para as mulheres que são
1193 perfil da InSAN nos territórios, que é a economia solidária. Destacou a importância de
1194 políticas transversais que promovam a economia solidária nos territórios como
1195 estratégia de enfrentamento à fome. Problematicizou o Programa Cozinhas Solidárias a
1196 ausência do recorte de gênero com geração de renda para as mulheres urbanas.
1197 Concluiu sua fala observando a necessidade de mudança no modelo produtivo vigente
1198 a partir de princípios de agroecologia e economia solidária. O Sr. Ubiraci Dantas de
1199 Oliveira (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) cumprimentou a mesa e
1200 fez uma fala crítica sobre a previsão orçamentária da LDA 2024 que previu recursos na
1201 monta de 1 trilhão de reais para Bancos, enquanto programas sociais e de segurança
1202 alimentar precisam avançar. Problematicizou que ter recurso para comida, tem que ter
1203 recursos para segurança alimentar, assim como tem que ter para a indústria nacional
1204 genuína para você ter emprego para o povo. Concluiu sua fala demonstrando
1205 preocupação com relação às eleições de 2026 e afirmando que é preciso uma política
1206 industrial forte, para desenvolver o Brasil a partir dos seus próprios recursos,
1207 fortalecendo o mercado interno. A Sra. Lucivanda (Representante Movimento de
1208 Mulheres Camponesas) se apresentou e iniciou sua fala resgatando o relato da Sra.
1209 Adailma Pereira. Mostrou familiaridade com a narrativa da agricultora e pontou que
1210 existe uma distância entre o que os ministros trouxeram em suas falas e a realidade das
1211 famílias na ponta, já que as políticas não chegando lá. Questionou os pesquisadores
1212 acerca do universo de suas pesquisas, sobre como as pesquisas são feitas, porque em
1213 sua visão não chegam na ponta e não dialogam com uma realidade que é muito maior
1214 do que o apresentado. Falou que o Movimento das Mulheres Camponesas também faz
1215 pesquisas. Destacou que na ponta há uma série de exigências de documentos para os
1216 agricultores acessarem às políticas, para além de entregar a merenda escolar, e que é
1217 importante que os ministros saibam disso. Pediu que nas próximas oportunidades, além
1218 de falar, os ministros também ouçam quem está na ponta. A Presidenta do Consea
1219 ponderou que conseguir que o primeiro escalão do governo fique para ouvir as falas dos
1220 conselheiros é um desafio, mas que esse é também o papel dos representantes
1221 governamentais que permanecem na Plenária. A Sra. Vanille Cardoso (Associação
1222 Brasileira de Nutrição) se apresentou e disse que se sentia muito representada com as
1223 falas anteriores. Abordou dois eixos relativos à formação: o da formação universitária e
1224 o da formação de população consciente. Demonstrou preocupação com a comunicação
1225 e a compreensão das informações. Avaliou que é importante que as pessoas tenham
1226 acesso à informação e que saibam se posicionar frente a *fake news*, por exemplo. Expôs
1227 preocupação com o cenário das eleições e a existência de bolhas de acesso à
1228 informação. Para superar a existência dessas bolhas, sugeriu se peça ajuda à educação
1229 popular, a quem está na ponta, que os agricultores sejam ouvidos, que as pessoas que
1230 estão fazendo agroecologia sejam ouvidas. Finalizou sua inserção com um trecho da
1231 canção Maria Maria, de Milton Nascimento. A Sra. Telma Castelo Branco (Vice-
1232 presidente do Consea Estadual do Rio de Janeiro) cumprimentou os presentes e iniciou

1233 sua fala refletindo sobre as inserções anteriores que sugeriram a mudança do sistema
1234 de agricultura, como sendo um grande desafio. Recordou a militância que lutou pela
1235 inclusão ao direito à alimentação na Constituição. Concordou com a fala do Conselheiro
1236 Ubiraci sobre a necessidade de garantir as políticas de segurança alimentar e nutricional
1237 e com as questões apontadas pelo Sr. Renato Maluf. Opinou que falta uma estratégia
1238 para se lidar com a imprensa oficial, que cotidianamente faz muitas falas contrárias ao
1239 governo. Concluiu afirmando a importância de uma estratégia de luta para defender os
1240 avanços conseguidos pelo governo e com isso estar preparados para enfrentar o
1241 processo político de 2026. A Sra. Valéria Burity (Secretária Extraordinária de Combate à
1242 Fome) agradeceu pelas manifestações e informou que a SECF-MDS está elaborando uma
1243 plataforma para monitorar e comunicar os resultados do Brasil Sem Fome. Concordou
1244 com todos os pontos abordados pela Sra. Débora. Anunciou o acordo de cooperação
1245 entre o MDS e o Ministério da Igualdade Racial para que todas as secretarias do MDS
1246 redesenhem suas políticas públicas com recorte de raça e de gênero, que foi uma
1247 iniciativa realizada depois de o Consea discutir o tema do racismo estrutural. Sobre a
1248 questão da política econômica, abordada pelo Sr. Ubiraci e pela Sra. Débora, considera
1249 muito importante que o Consea faça recomendações e documente o impacto da política
1250 econômica cambial, fiscal, monetária na segurança alimentar. Na sequência explicou
1251 para a Sra. Lucivanda sobre a metodologia de pesquisa usada pelo IBGE. Ressaltou que
1252 a ATER decisiva para se fazer uma transição nos sistemas alimentares. Por fim,
1253 concordou com a Presidenta do Consea sobre a presença e compromisso de
1254 representantes de diversos ministérios com o acompanhamento das reuniões do
1255 Consea. A Sra. Sandra Chaves (Coordenadora-geral da Rede Brasileira de Pesquisa de
1256 Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) se dedicou a reiterar a metodologia da
1257 EBIA e comentou que as amostras não alcançam determinados grupos populacionais,
1258 por isso a Rede PENSSAN está desenvolvendo um aplicativo usando a Escala Brasileira
1259 de Insegurança Alimentar que permite chegar em lugares onde a pesquisa amostral não
1260 chega. Finalizou pontuando a necessidade de fomento à pesquisa para que se possa
1261 gerar resultados mais expressivos. O Sr. Renato Maluf (Rede Brasileira de Pesquisa de
1262 Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) observou que compreende que o
1263 Consea tem de atuar simultaneamente em duas direções: com o diálogo mais profundo
1264 e com o debate mais geral das grandes estratégias do país e nos colocar dentro dele, ao
1265 mesmo tempo em que precisa dar conta das demandas dos grupos diferenciados.
1266 Ponderou que o risco é se prender apenas em pautas segmentadas, pois em sua visão
1267 isso fragmenta e sai do grande debate. Exemplificou que falar de Bolsa Família sem falar
1268 de emancipação, significa que morre nele mesmo. Disse que a Rede PENSSAN, o Fórum
1269 Brasileiro, e outras articulações pretendem estimular que esse debate aconteça para
1270 gente politizar mais a agenda. Afirmou que é importante politizar porque o debate está
1271 na rua. Concluiu questionando qual é o lugar do enfrentamento da fome, da ação de uma
1272 vida saudável e de uma alimentação dentro de uma estratégia orientada pelos grandes
1273 movimentos. A Presidenta do Consea comentou que é importante discutir o lugar do
1274 Consea nesse debate e que o enfrentamento da fome é central não só no Brasil, mas no
1275 mundo. Observou que os grandes movimentos tratam de captura corporativa, que se
1276 expressa na captura da ciência quando a ciência está a serviço de poucos e não da

maioria; a captura da narrativa; a captura dos espaços de governança e das políticas públicas. Refletiu que a luta pela política pública é uma disputa importantíssima, porque envolve uma disputa pelo dinheiro público. É importante pontuar o lugar do Consea na cena política do Brasil. Informou que na sequência da Plenária ocorreria uma abordagem sobre o orçamento de 2025. Consea tem historicamente atuado na incidência para proteger ou aprimorar ou ampliar o orçamento das políticas públicas que fazem parte da nossa agenda. Relatou que a Secretaria-Executiva do Consea fez um ensaio inicial de como está a situação do orçamento e que o Conselho precisa acompanhar as discussões e o calendário de definição do orçamento junto ao Congresso Nacional. Passou a fala para a Secretaria-Executiva conduzir essa discussão. **Ponto de Pauta: Lei Orçamentária Anual 2025.** A Sra. Marília Leão (Secretária-Executiva do Consea) convidou Sra. Mariana Santarelli (Coordenadora da CP1) para compor a mesa e observou que o trabalho de incidência sobre o orçamento deve ser coordenado pela Comissão Permanente 1. A Secretária-Executiva do Consea expôs que historicamente o Consea acompanha e monitora o Orçamento de Segurança Alimentar e Nutricional. Afirmou que a previsão orçamentária é importante para que as discussões que o Consea promove se tornem políticas públicas. Compartilhou que a Secretaria-Executiva fez uma proposta de acompanhamento do orçamento para a Plenária. Abordou conceitos importantes para o monitoramento do orçamento público federal: plano plurianual, Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Informou que a Lei Orçamentária Anual – LOA seria o instrumento discutido em sua fala. Ponderou que a criação da LOA, que fixa o planejamento do governo para o período de 12 meses, é elaborada pelo governo federal e que há espaço de participação social que possibilitam incidir nesse planejamento. Considera que o Consea pode ser um desses espaços de participação e incidência. Descreveu que os ministérios criam suas propostas, encaminham para o Ministério da Fazenda que consolida a peça orçamentária e encaminha até 31 de agosto para o Congresso Nacional, que tem até o último dia do ano corrente para aprovar a proposta orçamentária. Por isso, avalia que o Consea precisa conhecer esses momentos do calendário de elaboração da LOA, especialmente no momento atual em que os ministérios estão preparando suas propostas sendo esse o momento com maior possibilidade de incidência no processo. Informou que a Secretaria-Executiva do Consea mapeou pontos que julga com maior chance de incidência e resposta. Primeiro é preciso definir um conjunto de ações estratégicas para serem monitoradas, conjunto de políticas públicas, de ações, o que não é fácil porque a segurança alimentar e nutricional é um campo multidimensional. Questionou quais são as ações orçamentárias que mais nos interessam ao campo da SAN. Para definir um orçamento é preciso identificar ações no PPA, na LOA e criar critérios de monitoramento. Apresentou que a Secretaria mapeou e sugere 17 categorias, que são programas, de incidência por meio de uma primeira aproximação feita com as peças orçamentárias de 2023 e 2024. Compartilhou que essa primeira análise mostrou um aumento no orçamento de segurança alimentar de 2023 para 2024, o que é tido como positivo. Observou que os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o BPC, foram incluídos no orçamento de SAN devido ao entendimento de que o acesso à alimentação no Brasil é bastante definido pela renda. Comentou sobre aumento no orçamento para o Programa Cisternas, que antes estava

perto de zero. Afirmou que não seria feita uma recomendação sobre o tema orçamento nesta Plenária, pois se avalia que as Comissões Permanentes têm mais expertise sobre as políticas públicas afetas a cada tema e que as CPs podem oferecer subsídios para o amadurecimento desse processo de construção estratégica e de confecção de uma recomendação. A Sra. Mariana Santarelli (FIAN Brasil) ponderou que discutir orçamento é um grande desafio. Destacou a fala da Secretaria-Executiva do Consea sobre o calendário e as possibilidades concretas de incidência, sobretudo quando a proposta orçamentária ainda está no Executivo federal. Avaliou que o ideal é que os Conselheiros consigam produzir alguma proposta, baseada nos conhecimentos que já têm acumulado. Exemplificou que a Articulação do Semiárido - ASA todo ano faz uma projeção de quanto que seria necessário para poder apoiar as Cisternas e que o Observatório da Alimentação Escolar tem um trabalho relacionado ao orçamento da alimentação escolar. Problematicizou que a agendas das CPs já estava muito sobrecarregada e que a falta de conhecimento técnico sobre orçamento poderia prejudicar a discussão do tema nessa Plenária e refletiu sobre a conveniência de se realizar uma reunião extraordinária virtual sobre o assunto. Concluiu que para esse ano é preciso fazer o possível, mas que para o próximo ano o Conselho terá condições de fazer um trabalho mais robusto. A Sra. Marília Leão agradeceu a contribuição da Coordenadora da CP1 e abriu espaço para manifestações da Plenária. A Sra. Maitê Gauto (Oxfam Brasil) pontuou a carência de observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, pois é o instrumento onde são determinadas as despesas obrigatórias que não podem ser contingenciadas e muitas vezes os desafios na implementação de políticas públicas ocorrem por causa do contingenciamento de recursos. O Sr. Nelson Arns (Representante Pastoral da Criança) observou que o indicador fundamental acerca do orçamento é verificar se está sendo usado para diminuir a desigualdade social ou não. Expôs que segundo o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde, mais de 40 bilhões do orçamento do Ministério da Saúde foi decidido via orçamento secreto. Por isso, concluiu que mais importante do que indicar quanto foi gasto é verificar se o gasto está sendo empregado onde mais precisa. A Sra. Dinair (Presidente do Consea de Goiás) parabenizou pela realização da Plenária do Consea e compartilhou que o Consea Goiás criou um grupo de trabalho para discutir orçamentos, sabendo da necessidade e da urgência, devido à necessidade de atender solicitações e cobranças, inclusive de recursos que vem do governo federal e só os programas não dão conta disto. Considerou que é necessário incluir fundos de recursos que estão perdidos e questionou como isso pode ser trabalho nesse orçamento para a defesa do Programa Nacional de Segurança Alimentar do Brasil. A Sra. Marília Leão (Secretária-Executiva do Consea) verificou que não havia mais inscritos e sugeriu que na medida do possível as CPs discutam o tema do orçamento. Falou que a Secretaria-Executiva engaria uma cópia da apresentação feita para cada coordenador de CP, de modo a ajudar a orientar a conversa amanhã. A proposta da Secretaria-Executiva é: sistematizar as propostas que as CPs fizerem. Pontuou que a CP1, em com o apoio da Secretaria-Executiva do Consea, irá preparar uma Recomendação com aquilo que for levantado para incidência ainda esse ano, até final de maio. **Ponto de Pauta: Orientações para o trabalho das Comissões Permanentes (CPs) e Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE).** A Sra.

Marília Leão (Secretaria-executiva do Consea) apresentou o mapa de salas, indicando onde cada CP irá se reunir no dia seguinte e pediu atenção especial para aqueles que fossem se reunir no CECAD, devido a maior distância. Todas as salas e horários previstos foram expostos. A Sra. Mariana Santarelli (FIAN Brasil) sugeriu que a reunião do grupo de trabalho da agenda internacional de SAN fosse antecipada. Na sequência, a Secretária-Executiva do Consea perguntou se restavam dúvidas e declarou encerrados os trabalhos do dia. No dia 08 de maio a Plenária se reuniu novamente no período da tarde. A Presidenta do Consea a conferiu a existência de quórum mínimo para iniciar os trabalhos e aprovar propostas e deu continuidade à reunião. Convidou as coordenações das CPs e da CPCE para comporem a mesa e iniciar o trabalho. A Presidenta do Consea pediu que as intérpretes de LIBRAS se apresentassem para a Plenária e agradeceu pelo apoio realizado por elas. **Ponto de Pauta: Relato das CPs e CPCE.** O Sr. Jean Pierre (Representante CPCE) relatou que na reunião da CPCE houve um primeiro momento conjunto com a CP1 em que se discutiram questões voltadas para o Sisan. Discutiram questões voltadas para as políticas públicas, Alimenta Cidades, IPAA e o papel dos Conseas estaduais e municipais. O papel estratégico dos Conseas para a implementação de políticas públicas foi destacado. Com relação ao ponto da adesão ao Sisan, foi discutido com a CP1, incluindo, uma nova Resolução com pontos sobre a autonomia dos Conseas, fluxos do processo de adesão dos municípios ao Sisan, bem como do processo de desadesão do Sisan. Outro ponto discutido pela CPCE foi como qualificar e ampliar o debate para criar uma formalidade da participação da CPCE dentro do próprio Sisan. Desse ponto foi encaminhado que a CPCE faria um exame do arcabouço jurídico para verificar as possibilidades de formalizar sua participação no Sisan. Salientou a importância de se aproveitar a experiência dos Conseas estaduais e municipais no âmbito da participação social e do diálogo interfederativo no Sisan. A Sra. Vanessa (Coordenadora da CP3) informou que a CP3 realizou uma avaliação da oficina de escuta sobre o Plano Nacional de Abastecimento e discutiu balanço da execução do PAA nessa retomada em 2023 e também as questões referentes ao orçamento para esse ano de 2024. Também foi dada continuidade ao debate sobre o Plano Safra e, por último, foi tratado o Plano Clima, naquilo que está relacionado à agricultura familiar. Sobre o Plano Nacional de Abastecimento, a Coordenadora da CP3 compartilhou que houve muitos avanços na discussão e que o MDA apresentaria uma proposta na Plenária de julho. Em relação ao PAA relatou que houve apresentações detalhadas por parte da equipe da SESAN-MDS sobre as modalidades que são executadas pelo MDS. O MDA também apresentou a modalidade do PAA Compra institucional. A CP3 observou avanços com a retomada do PAA em 2023, inclusive do ponto de vista do seu marco legal, porém destacou o desafio com relação à insuficiência de recursos para o programa. Desse tópico, a CP3 encaminhou a sugestão de que o Consea realize um seminário de avaliação do PAA. Reiterou a preocupação da CP3 com a questão do orçamento do PAA e comunicou que a intenção de apresentarem uma Recomendação sobre o assunto na próxima Plenária. Sobre o Plano Safra, a Coordenadora da CP3 compartilhou que houve uma apresentação da coordenação que está elaborando esse plano. Expôs que a CP3 tem preocupação com questões estruturantes do Plano Safra, como a articulação com ATER e a questão do fomento. Desse tópico, a CP3 encaminhou a proposta de reunião

entre a Presidência do Consea e a Secretaria da Agricultura Familiar, do MDA. Sobre o Plano Clima, a Coordenadora da CP3 observou que não há um plano para a agricultura familiar e que esse tema estaria sob o escopo da agricultura e da segurança alimentar. A CP3 avaliou que é muito importante que se aprofundar sobre o Plano de Adaptação, relacionado à agricultura. Destacou que é fundamental que o Consea tenha incidência sobre esse plano, sobretudo quanto ao impacto da agricultura no clima e para contribuir com a reflexão sobre o lugar da agricultura familiar e da agroecologia nesse plano. A Sra. Mariana Santarelli (Coordenadora da CP1) resgatou que houve um momento de reunião conjunta com a CPCE, cujo principal encaminhamento foi o olhar dado para a Resolução que trata da adesão dos estados e municípios ao Sisan. Destacou positivamente que no momento quase mil municípios já aderiram ao Sisan e observou que esse é o resultado da retomada da agenda de segurança alimentar e nutricional, mas também por conta da necessária adesão de municípios para poderem acessar o Programa de Aquisição de Alimentos e agora o Programa de Cozinhas Solidárias e o Alimenta Cidade. Além disso, foi realizada uma conversa sobre o PAA e o Alimenta Cidades, buscando compreender qual é o papel que o Consea e a Caisan nas instâncias estaduais e municipais em relação a essas políticas. Informou que a CP1 pretende fazer esse exercício também com outras políticas e programas. Relatou que a CP1 começou a desenvolver a ideia de se realizar um seminário sobre o Sisan para o mês de agosto ou setembro. O objetivo de esse seminário é se debruçar sobre dois aspectos do Sisan: um deles é construção de uma norma operacional, tipificação dos serviços considerando a característica de intersectorialidade do Sisan; e o outro aspecto tem a ver com a construção dos fóruns e instâncias de pactuação tripartite necessários para esse Sistema. Refletiu sobre a necessidade de financiamento para o funcionamento do Sisan e ponderou sobre a importância de criação de projeto de lei para regulamentar o instrumento que será usado para esse fim, seja um Fundo próprio ou adaptação de um Fundo já existente. Concluiu a explanação sobre o trabalho da CP1 e passou a relatar as discussões do GT Internacional. Narrou que o GT Internacional teve três pautas principais: a primeira foi sobre o fechamento de uma recomendação em relação à Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, do G20; a segunda foi uma cobrança para que o governo brasileiro apoie o Comitê de Segurança Alimentar Mundial, sobretudo o mecanismo de sociedade civil, e que também apoie as estratégias internacionais do Consea; a terceira discussão foi sobre o encontro que aconteceria no dia 20 de maio, em Teresina-PI, para debater a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e que vai envolver a sociedade civil. Pontuou que foi solicitado ao MDS e ao Ministério das Relações Exteriores - MRE que fosse explicado exatamente o teor do encontro mencionado, como os interessados podem participar e também com orientações em relação a uma possibilidade de incidência em relação à Aliança Global contra a Fome. A Presidenta do Consea recuperou que na Plenária anterior o representante do MRE no Consea e o assessor internacional do MDS fizeram informe sobre a proposta que está sendo construída de uma Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, no âmbito da presidência do G20 do Brasil. Contextualizou que a reunião que acontecerá em Teresina é uma atividade promovida pelo MDS para oportunizar a escuta da sociedade civil e que as organizações interessadas em participar precisam arcar com os custos dessa participação. A Sra. Mariana Santarelli

(Coordenadora da CP1) retomou a fala e afirmou que a Presidenta Elisabetta representaria o Consea no evento de Teresina. Na sequência, realizou a leitura da Recomendação ao MDS e ao MRE sobre a construção e lançamento da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. Destacou a leitura das recomendações contidas no texto. Salientou que um dos pontos principais é a afirmação do CSA como principal espaço de participação em governança da ação a nível global. Concluiu observando que há uma série de princípios relacionados à ideia do direito humano à alimentação adequada, que devem estar presentes enquanto diretrizes, linguagens e normativas dos documentos em geral da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. A Presidenta do Consea abriu espaço para retirada de dúvidas. A Sra. Luísa Trabuço (SECF-MDS) sugeriu a inclusão do Ministério da Fazenda na Ementa da Recomendação. A Presidenta do Consea respondeu a uma intervenção fora do microfone explicando que quando as recomendações são entregues ao governo, elas ficam públicas no endereço eletrônico do Consea, na página da Secretaria-Geral da Presidência. A Sra. Dinair (Presidenta do Consea de Goiás) pediu que fossem acrescentados os nomes dos participantes da reunião do GT Internacional na Recomendação. A Presidenta do Consea respondeu que as Recomendações não possuem dados de autoria e que elas são assinadas pela Presidência do Consea, em nome do coletivo do conselho. A Sra. Mariana Santarelli (Coordenadora da CP1) complementou que a Recomendação foi elaborada no âmbito do GT Internacional, que é formado por um conjunto de conselheiros nacionais. A Presidenta do Consea então colocou a Recomendação para deliberação da Plenária, tendo sido aprovada pela maioria dos presentes. Com isso, deu sequência à Reunião retornando ao momento de relato das Comissões Permanentes com a intervenção do Sr. Clodoaldo (Representante da CP3). Ele iniciou sua fala apresentando um processo de compra de produtos via o PAA, especialmente farinha, pela Conab que está em andamento no estado do Amazonas. Segundo o Representante da CP3, a superintendência local da Conab e as entidades que comprem e vendem farinha estão encontrando dificuldades devido a uma nova normativa sobre a microbiologia e o licenciamento da carga de farinha. Relatou que a nova regra dificulta a venda de farinha por parte das entidades produtoras do estado do Amazonas. Finalizou questionando como a Conab pode ajudar a solucionar essa situação. A Coordenadora da CP3 agradeceu pela intervenção e pediu que o conselheiro, juntamente com o Sr. Antônio Adevido, a procurassem para colher mais detalhes e fazer a ponte com a Conab. A Sra. Adna Santos (Representante da CP7) pediu a benção dos presentes e iniciou o relato do que foi discutido na comissão permanente 7. Observou que estava ali representando a CP7 porque os outros membros eram do Rio Grande do Sul e não puderam estar presentes. Informou que a CP7 discutiu a vigilância sanitária como forma de racismo e discriminação; adequação do Cadastro Único para políticas de compras institucionais; repercussão climática para os povos e comunidades tradicionais. Compartilhou que houve uma boa discussão sobre as Cozinhas Solidárias, bem como sobre o conhecimento que as comunidades tradicionais de terreiro e matriz africana tem sobre a Cozinha, uma vez que produzem alimentos diariamente. Concluiu expondo que foi encaminhada a sugestão de que seja instituído no âmbito do Consea um espaço para discussão permanente de orçamento. **Ponto de Pauta: Deliberações da Plenária.** A Presidenta do Consea informou que a partir desse momento aconteceria a

1497 exposição sobre a Resolução preparada pela Mesa Diretiva que normatizará o processo
1498 de composição da comissão responsável pela elaboração da lista das organizações
1499 representantes da sociedade civil, a ser submetida ao Presidente da República para
1500 compor o Consea no mandato 2025-2027. Destacou que a meta é encerrar esse
1501 processo em dezembro. Informou que a construção dessa Resolução se baseou nas
1502 normativas que operacionalizam o Consea, como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar
1503 e Nutricional - LOSAN, o Decreto nº 6.272/2007 e todas as decisões que a Conferência
1504 Nacional de SAN deliberou a respeito da composição do Consea. Ponderou que nas
1505 normativas está previsto que uma das funções da Conferência é deliberar os segmentos
1506 que comporão o Consea Nacional, bem como os princípios para esse processo de
1507 composição. Por isso, a Secretaria-Executiva do Consea recuperou todas as informações
1508 e apresentou para que a Mesa Diretiva pudesse discutir e elaborar uma proposta, para
1509 facilitar o processo de definição da composição do Consea. A Presidenta do Consea
1510 percorreu os dispositivos legais que tratam da composição do Conselho e na sequência
1511 ressaltou que a Secretaria-Executiva realizou um batimento entre a LOSAN, o Decreto
1512 nº 6.272/2007 e o que a Conferência apontou. Pontuou que esse batimento foi
1513 apreciado pela Mesa Diretiva, que propôs uma minuta de Resolução. Relatou que essa
1514 minuta foi enviada à Procuradoria Jurídica da Secretaria-Geral da Presidência da
1515 República, para que houvesse a garantia de que, no momento de sua apresentação à
1516 Plenária o texto estivesse absolutamente ajustado às bases legais. A Presidenta do
1517 Consea explicou que a Comissão de Indicação será instalada a partir do momento que a
1518 composição estiver aprovada. Essa Comissão, revisará os normativos e construirá um
1519 plano de trabalho a ser apresentado para a Mesa Diretiva. Comunicou que todo o
1520 trabalho realizado pela Comissão será apoiado pela Secretaria Executiva do Consea.
1521 Apresentou que 6ª Conferência de SAN aprovou um conjunto de 10 propostas a respeito
1522 da composição do Consea. Dessas propostas, 6 tratam do processo de indicação, ou seja,
1523 de quais segmentos sociais devem estar representados no Consea, e 4 tratam de
1524 princípios orientadores, que qualificam, como a questão da diversidade e da
1525 transparência. Então, expôs os segmentos que foram aprovados durante a 6ª CNSAN:
1526 atores coletivos e grupos sociais prioritários pra acesso à alimentação adequada e
1527 saudável e à água de qualidade; atores coletivos da produção, abastecimento e oferta
1528 de alimentos com sustentabilidade ambiental, social e econômica; atores coletivos de
1529 educação, pesquisa e formação; atores coletivos de saúde e nutrição; atores coletivos e
1530 mobilizadores da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação
1531 adequada, povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais; e atores
1532 coletivos do desenvolvimento sustentável. Expôs também os critérios para indicação:
1533 atuação relevante no campo da soberania e SAN e do direito humano; atuação em
1534 caráter nacional ou internacional, desde que garantida a flexibilidade necessária aos
1535 casos específicos de atuação regional ou por bioma; atuação há pelo menos três anos
1536 sem necessidade de CNPJ; ausência de conflitos de interesse, tendo como base a LOSAN
1537 e Decreto nº 6.272/2007, e o conceito de conflitos de interesse em SAN; priorização dos
1538 coletivos com atuação voltada pra proteção, defesa, assistência, mobilização da
1539 população em situação de insegurança alimentar; priorização dos coletivos; priorização
1540 dos coletivos com ações voltadas à sustentabilidade ambiental, social e econômica

relacionadas à SAN; priorização dos coletivos com atuação de caráter intersetorial, com incidência sobre interesses públicos de SAN. Continuou a apresentação da Resolução com a enunciação dos princípios orientadores: i) estímulo à renovação da representação da sociedade civil no Consea, em consonância com a Portaria nº 147/2023, da Secretaria-Geral da Presidência da República; ii) prevenção de lacunas de representatividade em relação à diversidade regional, territorial, gênero, identidade de gênero, identidade afetiva ou sexual, funcional, etária, étnica, racial, religiosa e cultural; iii) garantia de estrutura e viabilização do acesso de jovens, população negra, população LGBTQIAPN+, povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, imunossuprimidos, pessoas com deficiência, população em situação de rua, egressos do sistema carcerário, aos espaços de participação e controle social por meio de ações afirmativas; iv) respeito às formas específicas de representação dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, população negra, mulheres, pessoas com deficiência ou com necessidades alimentares especiais e pessoas em situação de rua; v) seleção das entidades, redes, coletivos, movimentos, organizações sociais para compor a lista de indicação da representação da sociedade civil, mediante processo de consulta entre pares, por segmento social; vi) respeito à autonomia das entidades, redes, coletivos, movimentos, organizações sociais, quanto às indicações de representantes, desde que considerados a ausência de conflitos de interesses, o estímulo à renovação, as lacunas de representatividade e atributos pessoais, como atuação relevante, comprometimento e disponibilidade; vii) impedimento do exercício de mandato como conselheiro ou representante da sociedade civil, por ocupantes de cargo público de livre nomeação e exoneração; e, viii) transparência de critérios, processos e etapas. A Presidenta do Consea informou que nessa oportunidade não seria apresentado o calendário de trabalho. Prosseguiu abordando a composição da Comissão de Indicação, que será formada por 6 componentes da sociedade civil e 3 componentes do governo. Explicou que de acordo com as normativas, a Presidência do Consea e o Secretário-Geral do Conselho são componentes respectivamente, da sociedade civil e do governo, já pré-estabelecidos. Explicou que a Caisan fará a indicação dos outros dois componentes dentre os ministérios partícipes. E, explicou também que a Mesa Diretiva elaborou critérios para a indicação dos outros cinco componentes da sociedade civil: ser conselheiro titular de direito em março de 2024, que foi a nossa primeira Plenária desse ano; não integrar a Mesa Diretiva; ter participado de pelo menos cinco, das oito reuniões Plenárias do Consea, entre fevereiro de 2023 e março de 2024. A Presidenta do Consea detalhou, a partir da leitura dos diversos dispositivos da Resolução, as etapas do trabalho da comissão de indicação e observou que, diferentemente do ocorrido em transições anteriores, dessa vez a comissão não será a responsável única por elaborar uma lista fechada com as entidades a ser submetida ao Presidente da República. Dessa vez, de maneira similar ao que vem acontecendo em outros Conselhos, como o Conjuve, a lista será construída por meio da consulta entre os pares. Usou a hipótese de um chamamento público em que dez entidades se apresentam para uma categoria com três assentos. Nesse caso, as dez entidades podem se reunir se decidir quais as três serão as indicadas para as vagas em tela. A Presidente do Consea retornou ao ponto sobre a

composição da comissão e informou que a Secretaria-Executiva verificou as listas de frequência das reuniões e levantou um grupo de pessoas que estão aptas a participar dessa Comissão, com base nos critérios da Mesa Diretiva. Comunicou que essas pessoas receberão uma consulta de interesse e que aquelas que se manifestarem positivamente passarão pela verificação de critérios de diversidade por parte da Mesa Diretiva. A Plenária aprovará remotamente os cinco nomes da sociedade civil, por meio de link, da mesma forma como ocorreu o processo de seleção às vagas de titularidade do Consea. Com isso, encerrou a apresentação da Resolução e abriu a palavra para complementações por parte dos integrantes da Mesa Diretiva. Sra. Inês Rugani (Coordenadora da CP2) alertou que a Mesa Diretiva fez um trabalho visando a diversidade da composição da comissão de indicação, mas que a partir da votação por parte dos conselheiros individualmente, pode ser que a diversidade pretendida não seja conquistada. Não havendo mais comentários por parte dos integrantes da Mesa Diretiva, a Presidenta do Consea abriu a fala para manifestações da Plenária. O Sr. Julián Pérez Cassarino (Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) resgatou os pontos aprovados pela 6ª CNSAN e pediu que fosse melhor explicado o item sobre a renovação o Consea, especificamente acerca da participação em dois ou três mandatos. A Presidenta do Consea respondeu que esse ponto é referente a uma Portaria da Secretaria-Geral da Presidência da República e que o Consea está ligado a essa Secretaria de governo. Ponderou ainda que a Portaria se refere a organizações e não a pessoas e destacou que o essencial é que o Consea deve primar pela diversidade, primar pelas pessoas e pela renovação do Conselho. O Sr. Irio Conti (Representante da CP1) pediu que fosse projetado o artigo 6º da Resolução e questionou sobre a redação desse artigo quanto a comissão ser responsável por elaborar lista com proposta de nomes de organizações. A Presidenta do Consea respondeu que a comissão de que trata essa Resolução será responsável por chegar a uma lista que vai para o Presidente da República. Explicou que a lista conterá organizações e que essas indicarão os seus representantes. A Sra. Inês Rugani (Coordenadora da CP2) interpelou que se trata então de organizações e a Presidenta do Consea concordou e pediu que o termo “nomes” fosse retirado do texto. O Sr. Irio Conti (Representante da CP1) concluiu pedindo que essa fosse a nova redação do dispositivo, para que não houvesse dupla interpretação. A Presidenta do Consea acatou e fez a leitura da nova redação. O Sr. Silvestre (Representante Rede Nacional Religiões Afro-brasileiras e Saúde) fez um questionamento acerca do critério para indicação do componente da sociedade civil à comissão de indicação referente à participação em cinco de oito reuniões do Consea, sobre se é a pessoa ou a organização. A Presidenta do Consea respondeu que nesse caso é a pessoa, pois a Mesa Diretiva entendeu a importância de a pessoa ter passado pelos processos do Conselho. O Sr. Silvestre (Representante Rede Nacional Religiões Afro-brasileiras e Saúde) replicou que esse critério enrijecia a participação e usou a si próprio como exemplo por ter chegado há pouco tempo no Consea. Ele pediu que a Plenária decidisse sobre esse ponto. A Presidenta do Consea acolheu que esse ponto precisaria ser discutido. Pessoa que não se identificou apresentou problematização sobre o processo de escolha dos cinco nomes da sociedade civil para a comissão de indicação e o caso de não haver consenso acerca desses nomes. Questionou se isso acontecer, um

segundo pleito seria aberto e consequentemente haveria a perda da representatividade. A Presidenta do Consea respondeu a Mesa Diretiva pensou um processo que precavesse a ocorrência de uma situação como a apresentada. Por isso, a Presidenta do Consea avaliou ser conveniente a estratégia de Mesa Diretiva avaliar os nomes das pessoas interessadas em compor a comissão e propor a indicação dos cinco nomes para deliberação da Plenária. A Plenária tem a liberdade de aceitar, de não aceitar ou se abster. Concluiu com votos de que não seja preciso realizar uma segunda votação. A Sra. Telma Castelo Branco (Vice-Presidente do Consea Estadual do Rio de Janeiro) perguntou o que a Conferência chamou de “atores coletivos”. A Presidenta do Consea respondeu que são as organizações coletivas, por exemplo, a categoria especialista que existe atualmente no Conselho, uma vez que não existe mais a categoria de representação individual. A Sra. Manuela (Representante Instituto Ibirapitanga) se apresentou como representante de uma organização que é observadora do Consea e, por isso, perguntou como as organizações observadoras estão pensadas para a próxima gestão. A Presidenta do Consea destacou que os observadores estão previstos no Regimento do Consea com uma participação diferente do que está sendo discutido na Resolução, que é a participação formal. Ela informou que uma vez instalada a nova composição do Consea, é aberto um processo de credenciamento de observadores. A Secretaria Executiva do Consea complementou que a participação dos observadores é regrada pela Resolução nº 2/2023 e que as Resoluções não perdem validade, independente do mandato. Destacou que o mandato dos observadores dura um ano, necessitando ser renovado. A Presidenta do Consea pergunta para a Plenária se pode encerrar o momento de intervenções e recebe um questionamento fora do microfone. Pessoa que não se identificou disse que não compreendeu o ponto sobre recondução de conselheiro. A Presidenta do Consea explicou esse ponto não está no âmbito da comissão de indicação, pois o Decreto nº 6.272/2007 permite a recondução, por exemplo. Na sequência, a Presidenta do Consea resgatou o questionamento do Sr. Silvestre (Rede Nacional Religiões Afro-brasileiras e Saúde) sobre a frequência do conselheiro como critério de habilitação à comissão de indicação. A Sra. Adna Santos (Representante da CP7) comentou a dúvida do Sr. Silvestre, por fazer parte da mesma organização e por ter sido substituída por ele na titularidade da vaga. Ela disse que não sabia dizer se a organização atendia ao critério porque mesma havia entrado no Consea em substituição à Mãe Cristina. A Presidenta do Consea defendeu o entendimento da Mesa Diretiva de o trabalho a ser desempenhado pela Comissão de Indicação é muito específico e precisa ser desempenhado por conselheiros que têm vivência nos processos do Consea, apesar de compreender que todas as pessoas indicadas pelas organizações para estarem no Conselho possuem uma trajetória. A Sra. Mariana Santareli (Coordenadora da CP1) anunciou que o questionamento havia sido retirado. A Presidenta do Consea colocou a Resolução em votação e, após verificação, declarou a aprovação. Prosseguiu apresentando os nomes dos 18 conselheiros que serão consultados sobre seu interesse em compor a comissão de indicação, conforme os critérios estabelecidos pela Mesa Diretiva, são eles: Antônio Adevaldo Dias, Anderson Amaro, Carlos Eduardo Fernandes, Carlos Humberto, Cristiana Gomes, Fátima Moura, Írio Luiz, Jaci Barreto, Jaqueline Moreira, Jônia Rodrigues, Julian Pérez, Márcio Milan, Maria José Moraes, Melissa

Pomeroy, Neidson Batista, Nelson Arns, Ubiraci Oliveira e Vanille Cardoso. Um conselheiro via intervenção fora do microfone sugeriu que junto aos nomes sejam colocados os segmentos a que pertencem esses conselheiros. A Presidenta do Consea concordou e disse que quando a pessoa declarar interesse, ela vai fazer a autodefinição de região, gênero, etc. A Sra. Mariana Santarelli (Coordenadora da CP1) fez uma intervenção para destacar que todo esse processo de trabalho, apesar de muito árduo, trará resultados muito positivos tanto para a atual gestão, quanto para as gestões futuras e, por isso, parabenizou o trabalho coletivo. A Presidenta do Consea retomou a palavra e sintetizou que: a Plenária do dia havia aprovado a proposta de Resolução; os conselheiros aptos a participar da comissão de indicação serão consultados; a Mesa Diretiva analisará as manifestações de interesse e fará a proposta da comissão dentro do mês de maio; ainda no mês de maio deve acontecer a consulta remota sobre a comissão de indicação; no mês de junho acontecerá a aprovação e a instalação da comissão de instalação; no mês de agosto a comissão de indicação apresentará o plano de trabalho para a Mesa Diretiva; os trabalhos acontecerão entre setembro e novembro; em dezembro o Presidente da República receberá a proposta de composição do Consea 2025/2027. A Presidenta do Consea comunicou que passaria a palavra para a Sra. Marília Leão (Secretária-Executiva do Consea) e posteriormente seriam retomados os relatos de discussão das Comissões Permanentes. A Secretária-Executiva do Consea informou que naquele momento aconteceria o lançamento digital da Revista da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ela compartilhou que a intenção era fazer o lançamento do material impresso, porém a gráfica não conseguiu fazer a entrega. Todavia, afirmou que os conselheiros receberiam a revista em seus endereços. A Secretária-Executiva do Consea explicou que a proposta é que essa Revista tenha um prazo de validade longo, de dois a três anos, possibilitando a lembrança das principais atividades realizadas na 6ª CNSAN, inclusive com *QR code* para acesso a todos os documentos da Conferência, como o relatório final e os manifestos. A Secretária-Executiva do Consea anunciou que estava lançada a Revista da 6ª CNSAN. A Presidenta do Consea agradeceu pela inserção e lançamento da Revista e pediu que os relatos das Comissões Permanentes fossem retomados. **Ponto de Pauta: Continuação do Relato das CPs e CPCE.** A Sra. Inês (Coordenadora da CP2) informou que a pauta prevista para a CP2 foi discutida, acrescida do tópico orçamento trazido pela Secretaria-Executiva do Consea, mas que para o relato ela se deteria em dois pontos que tiveram encaminhamentos objetivos, a saber: a questão do clima e da reforma tributária. Sobre a questão do clima, a Coordenadora da CP2 compartilhou que a reunião da CP contou com uma representação do MDS que trouxe subsídios sobre o Plano Setorial de Adaptação às Mudanças Climáticas de SAN e apresentou o que foi discutido no escopo desse plano, com destaque para propostas de ações para o cotidiano, para momentos críticos e para momentos que exigem reconstrução. Além disso, pontuou a importância do atendimento às famílias mais vulneráveis por meio do atendimento integrado dos sistemas SUS-SUAS-SISAN. Compartilhou que ficou encaminhado que quando o MDS estiver com as propostas mais estruturadas irá realizar uma nova rodada de escuta ao Consea. Em relação ao monitoramento do processo de reforma tributária, observou que foi apresentado um projeto de lei sobre a reforma tributária e o balanço que a CP2 faz

1717 é houve importantes avanços em relação à cesta básica, no que diz respeito à alíquota
1718 zero dos alimentos. Por outro lado, em relação ao imposto seletivo, uma proposta que
1719 foi muito recuada, foi a não inclusão de agrotóxicos. Em relação a ultraprocessados, só
1720 incluiu parte das bebidas adoçadas, e, embora tenha incluído de maneira adequada
1721 bebidas alcoólicas e produtos fumígenos, em relação a ultraprocessados, foi pífia.
1722 Lamentou a perda de uma oportunidade histórica de se taxar produtos nocivos à saúde
1723 e ao meio ambiente. Destacou que alimentos que deveriam estar com alíquota zero e
1724 ficaram com alíquota reduzida, como alguns tipos de feijões, e alimentos que deveriam
1725 estar com ou alíquota plena ou imposto seletivo e ficaram em alíquota reduzida, por
1726 exemplo, carnes processadas. Salientou que há disputas em torno de a quais outros
1727 alimentos será atribuída a alíquota reduzida, incluindo vários ultraprocessados, sendo
1728 sabido o interesse das indústrias de alimentos para que isso aconteça. Nesse contexto,
1729 a Coordenadora da CP2 relatou a comissão proporá uma nova Recomendação sobre o
1730 tema da reforma tributária como forma de estratégia de incidência política do Consea
1731 junto ao legislativo. Na sequência, apresentou a proposta de um Grupo de Trabalho para
1732 a construção de um marco de referência de cultura alimentar para as políticas públicas.
1733 Observou que pela natureza do assunto, esse GT deve ser transversal às CPs e que os
1734 grupos de trabalho inter-CPs são vinculados à Mesa Diretiva. Além disso, esse grupo de
1735 trabalho precisa ser executado no corrente ano. Informou que com a ementa aprovada,
1736 será solicitado que cada CP indique até 2 integrantes para participar do GT e espera-se
1737 a participação de representantes do Ministério da Saúde, do MDS, do FNDE e do MDA.
1738 A Coordenadora da CP2 realizou a leitura da ementa do grupo de trabalho para
1739 apreciação da Plenária. A Presidenta do Consea abriu espaço para comentários da
1740 Plenária. A Sra. Telma Castelo Branco (Vice-presidente do Consea Estadual do Rio de
1741 Janeiro) sugeriu a inclusão de movimentos e organizações sociais entre as categorias
1742 citadas na ementa. A Coordenadora da CP2 propôs acolher a inclusão somente de
1743 movimentos sociais, pois o termo organizações abriria margem para interpretações
1744 muito abrangentes. A Sra. Telma Castelo Branco (Vice-presidente do Consea Estadual
1745 do Rio de Janeiro) concordou com a consideração apresentada. A Presidenta do Consea
1746 perguntou se havia outras manifestações da Plenária e não havendo movimentações,
1747 perguntou se poderia considerar a ementa aprovada, havendo o consenso dos
1748 presentes. A Presidenta do Consea informou que a Secretaria-Executiva do Consea fará
1749 contato com as coordenações de CP para a apuração das indicações de representantes
1750 para esse grupo de trabalho. Após isso, passou a palavra para o Coordenador da
1751 Comissão Permanente 5. O Sr. Edgar Aparecido de Moura (Coordenador da CP5) iniciou
1752 sua falando reportando sobre a leitura que a CP fez sobre a sua ementa de trabalho e
1753 sobre a opção por mudar o termo recorte por atravessamento por considerar que esse
1754 dialoga mais com a perspectiva da transversalidade. Informou que houve um relato
1755 sobre a caravana do Marajó no âmbito do Plano Brasil Sem Fome. O Coordenador da CP
1756 relatou que a situação ambiental foi discutida a partir do caso do Rio Grande do Sul e
1757 que a CP refletiu sobre a possibilidade de solicitar aos órgãos competentes o
1758 ranqueamento dos estados que estão com risco ambiental para que seja possível
1759 monitorar e cobrar atuação com foco na gestão de risco, numa perspectiva antirracista,
1760 atuando de forma preventiva nos territórios. Ainda, expôs a proposta de criar um GT

envolvendo a CP4, a CP5, a CP7, a CP6 e a CPCE para acompanhar a situação do Rio Grande do Sul. Destacou que houve discussão acerca da importância de que nos convênios firmados pelo governo se identifique e monitore o perfil das comunidades, grupos atendidos, como etnia, raça, cor, origem, PCA, PCT e a identidade de gênero. Pontuou a ausência de representantes do Ministério da Igualdade Racial e da Secretaria Nacional de Economia Solidária na reunião da CP5. O Coordenador da CP5 perguntou quem da Plenária tinha a Recomendação nº 3/2024/CONSEA/SG/PR sobre o combate e erradicação das fomes e dos racismos nos sistemas alimentares brasileiros. Informou que seria solicitado que todos os conselheiros recebessem uma cópia da Recomendação como reforço da estratégia de acompanhamento das ações. Sugeriu que fosse estabelecido um tempo de monitoramento e um tempo de resposta para a Recomendação. Lembrou que há uma Recomendação do ano de 2017 que é válida até hoje e que foi publicada uma em março de 2024. Concluiu afirmando a importância de encerrar essa gestão do Consea com 99% da Recomendação respondida. A Presidenta do Consea agradeceu pelo relato e comentou que sobre o monitoramento da Recomendação, a Representante da Caisan poderia responder sobre o tema. Além disso, pediu que fosse apresentada a ementa do grupo de trabalho, aos moldes do que foi feito pela CP2. A Sra. Daniela Frozi (Coordenadora da CP4) informou que ao longo da reunião da comissão os seguintes pontos foram abordados: apresentação dos dados da PNAD, da insegurança alimentar; relato da missão de direitos humanos ao estado de Santa Catarina; desastres e mudanças climáticas e o direito humano à alimentação adequada; informe sobre a regulação do marketing digital de substitutos do leite materno; e informe sobre o mês de maio, dia mundial da necessidade dos celíacos. Destacou a presença da Sra. Laura Sanches, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, e da Sra. Carla Marques da CGAM, do Ministério da Saúde. Iniciou o detalhamento do relato com a missão dos direitos humanos do estado de Santa Catarina, e que conselheiro Daniel Paz visitou algumas cidades e pôde constatar que o desrespeito, a violência e o preconceito são marcantes no segmento das pessoas em situação de rua. Relatou que o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, através da Sra. Laura Sanches apresentou para a CP4 o Plano Ruas Visíveis. Foi mencionada a importância de se trazer para a Plenária sobre a integração dos planos Brasil Sem Fome, Ruas Visíveis, entre outros, para fortalecer o pacto federativo, para adesão ao plano e apoio à população em situação de rua. A Coordenadora da CP4 continuou com o compartilhamento das informações trazidas pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e narrou sobre a iniciativa do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração – Confoco, e o Programa de Fortalecimento e Desenvolvimento dos Direitos Humanos, chamado Fortalece DH. Informou que o Observatório Nacional de Direitos Humanos, ligado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, vai incluir um *link* para tratar a temática de SAN. Além disso, compartilhou que foram trazidos apontamentos sobre o Programa Cidadania Marajó, acerca da população que tem sido revitimizada em razão dos dados divulgados recentemente e representam um grande desafio para o governo federal com relação à violência, à fome, à contaminação dos agrotóxicos e ao crime organizado. A Coordenadora da CP4 afirmou que a comissão que os programas Brasil Sem Fome, Ruas Visíveis e Cidadania Marajó devem ser priorizados no orçamento e não devem sofrer

com ações de contingenciamento orçamentário. Outro assunto discutido pela CP4 foi a questão da intersecção em mudanças climáticas e necessidades alimentares especiais, no que diz respeito à seleção de alimentos que são doados às famílias. Frisou que é importante que o governo e a sociedade reconheçam essas necessidades alimentares especiais para as pessoas atingidas, como é o caso do Rio Grande do Sul, e também o fortalecimento ao incentivo ao aleitamento materno e à proibição de fórmulas infantis, bicos, chupetas, mamadeiras, nessas situações de eventos climáticos. Ponderou que nas situações emergências, o processo de doação não consegue atender às demandas específicas. Deu sequência expondo uma proposta de Recomendação sobre regulação do marketing digital de substitutos de leite materno. Informou que o termo mais adequado é leite humano, mas a OMS ainda usa leite materno, por isso a escolha do termo leite materno para a Recomendação. Salientou a conveniência de que essa Recomendação seja apreciada na 77ª Assembleia Mundial de Saúde, que será no dia 27 de maio de 2024. Apresentou que a proposta é recomendar ao Ministério da Saúde, ao Relações Exteriores e demais órgãos que se providencie, no prazo estabelecido pela OMS, a entrega da proposta de Resolução de controle do marketing digital de substitutos de leite humano, cumprindo o compromisso assumido pelo Brasil na reunião do Conselho Executivo, realizada em janeiro de 2024. Observou que a Conselheira Sônia Salviano poderia trazer mais explicações. A Sra. Sônia Salviano argumentou que essa recomendou a ser elaborada no ano passado, após um estudo realizado pela própria OMS em vários países e a constatação da gravidade do marketing digital de substitutos de leite materno, atrapalhando severamente a amamentação em todo o mundo. Segundo ela, esse estudo revelou que as estratégias do marketing digital, via inteligência artificial, fazem com as mulheres grávidas recebam volumosas propagandas com substitutos do leite materno. Por isso, a OMS elaborou um guia e orientação de combate ao marketing digital prejudicial à amamentação. Todavia, para que esse guia seja implementado em todos os países, é preciso que um país-membro se disponha a apresentar uma proposta de regulamento a ser apreciada na Assembleia Mundial da Saúde e o Brasil havia se comprometido ano passado em ser o país proponente. A Sra. Sônia Salviano explicou que todas as áreas técnicas do Ministério da Saúde, responsáveis pelo embasamento técnico desta recomendação, foram favoráveis, trabalham intensamente, porém, a entrega da Resolução feita pelo Ministério das Relações Exteriores e Missão Brasileira, em Genebra, não está acontecendo, por razões que entende que sejam consequentes da interferência da indústria. Ressalvou que os prazos iniciais postos pela OMS se esgotaram e que novo prazo foi colocado, tendo o Brasil reiterado o compromisso em apresentar a proposta de regulamentação do guia, o que não ocorreu até o momento. Houve um breve diálogo entre a Sra. Sônia Salviano e a Sra. Inês Rugani sobre contribuições ao texto que não apareceram na versão projetada e sobre a urgência do tempo para a finalização e publicação da Recomendação. Pessoa que não se identificou contextualizou que a área técnica do Ministério da Saúde e a própria Ministra já estavam alinhadas com relação à resolução e que processo estava na Assessoria Internacional. A Presidenta do Consea externou preocupação com o prazo exíguo para a publicação dessa Recomendação e refletiu sobre o entrave no Ministério das Relações Internacionais. Sugeriu que a Recomendação fosse colocada para

aprovação da Plenária e, não havendo manifestação contrária, a declarou aprovada. Sr. Antônio Dourado (Coordenador da CP6) relatou que a pauta da CP6 foi o diagnóstico sobre a situação fundiária, mudanças climáticas, SAN e racismo ambiental, atualização sobre o COI-Yanomami e também a adequação das cestas básicas de alimentos aos povos indígenas. Lamentou que a FUNAI não compareceu na reunião e que por isso o Ponto de Pauta sobre a situação fundiária ficou deficitário. Informou que o coletivo citou a expectativa da homologação de 6 terras indígenas, mas que até o momento só foram homologadas duas, no atual governo. Informou que a Ministra Sônia Guajajara confirmou sua no dia seguinte, com o Ministro Márcio Macedo, em Palmeiras dos Índios, para ver a questão Xukuru-Kariri que é um território que aguarda homologação. O Coordenador da CP6 disse que foi encaminhada a necessidade de novo convite à Funai para discussão acerca da situação fundiária no país. Sobre o tema das mudanças climáticas, a CP6 abordou também o tema do racismo ambiental. Ele compartilhou que o grupo entende que desmatamento, mineração, garimpo e ações que atacam a biodiversidade se transformam em racismo ambiental. Nesse sentido, a CP6 propôs o fortalecimento, via a FUNAI e o IBAMA, de ações de fiscalização nas áreas indígenas. Com relação ao COI-Yanomami, o Coordenador da CP6 informou que foi conhecida a construção de nota técnica sobre a questão das cestas de alimentos para os indígenas, porém não obtiveram detalhes sobre o documento. Entretanto, observou que o ponto de maior interesse para a Comissão é saber como está sendo solucionado o problema do garimpo no território Yanomami. Manifestou a importância de o Consea acompanhar o COI-Yanomami e também a questão do garimpo em Rondônia e no Mato Grosso do Sul. Informou a adesão da CP6 ao grupo das comissões que pretende acompanhar a situação do Rio Grande do Sul. Por fim, abordou o último Ponto de Pauta que foi uma Recomendação sobre as cestas de alimentos para os povos indígenas. O Coordenador da CP6 apresentou que na ementa a Recomendação pede ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, ao Ministério dos Povos Indígenas, à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, à Secretaria de Saúde Indígena e à Companhia Nacional de Abastecimento que se articulem para que as populações indígenas sejam consultadas quanto à adequação da composição das cestas de alimentos entregues em seus territórios. O Coordenador da CP6 realizou a leitura dos tópicos da Recomendação: i) realizar uma articulação institucional para efetivar o direito à consulta e à formulação da composição das cestas de alimentos direcionadas aos povos indígenas de forma a considerar a diversidade étnico-cultural brasileira; ii) adotar estratégia para inserir alimentos culturalmente adequados na composição das cestas de alimentos entregue aos grupos indígenas priorizando alimentos tradicionais e da sociobiodiversidade local e em todas as circunstâncias, regulares, institucionais e emergenciais; iii) realizar a revisão dos oito grupos de cestas de alimentos utilizados atualmente na distribuição realizada pela FUNAI e Conab, de modo a garantir a aquisição de alimentos mais apropriados aos contextos locais; iv) priorizar, por meio do PAA, as compras de doação simultânea dos povos indígenas com o intuito de obter alimentos mais adequados na composição das cestas destinadas a essas populações e, de forma concomitante, aumentar a geração de renda para tais populações; v) promover a demarcação das terras indígenas com vistas a possibilitar a realização de atividades

produtivas, sobretudo em áreas de retomada situadas no Nordeste, no Oeste Paranaense e no Cone Sul do Mato Grosso do Sul, onde há populações indígenas em grave situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar; vi) conceber política de fomento e atividades rurais produtivas com a terra diferenciada e orientada pelos princípios do etnodesenvolvimento dos povos indígenas; vii) incorporar os princípios e as diretrizes contidas no Decreto Federal 11.936/2024, de 5 de março de 2024, na elaboração da composição das cestas de alimentos destinadas às populações indígenas; viii) revisar a Portaria nº 843/2022, do Ministério das Cidades, com o objetivo de operacionalizar a ação de distribuição de alimentos, redefinindo critérios de distribuição das cestas; ix) prever orçamento para entrega e transporte dos alimentos e os órgãos setoriais envolvidos, contemplando a recomendação dos itens anteriores. A Presidenta do Consea questionou sobre a menção ao Ministério das Cidades e o Coordenador da CP6 respondeu que o correto é Cidadania. Então, a Presidenta do Consea observou a recorrência do tema das cestas na agenda de discussões do Consea e abriu espaço para manifestações da Plenária. O Sr. Antônio Dourado (Coordenador da CP6) complementou que o PAA não resolve o problema enquanto não se resolvem as questões emergenciais, pois esse programa é para quem tem terra regularizada e consegue produzir. Porém, essa ainda não é a realidade de muitos indígenas que ainda precisam de ações emergenciais, como as cestas, para se alimentar. Aproveitou a oportunidade para indicar a Sra. Tainá Godinho como vice-coordenadora da CP6. A Presidenta do Consea lembrou que a Sra. Tainá Godinho é suplente e que de acordo com o Regimento do Consea ela não pode ter essa função formal. Na sequência, a Presidenta do Consea questionou à Plenária se essa Recomendação poderia ser considerada como aprovada, tendo sido interpela pela Sra. Luiza Trabuco (SECF-MDS) com o pedido de revisão dos normativos referentes à Ação de Distribuição de Alimentos – ADA por ter havido a publicação de Portarias mais recentes. A Presidenta do Consea acolheu o pedido e novamente submeteu a Recomendação para aprovação que, não havendo manifestação contrária, foi declarada aprovada. **Ponto de Pauta: Informes.** A Sra. Luiza Trabuco (SECF-MDS) apresentou informes sobre o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional PLANSAN e atualizações sobre o Plano Brasil Sem Fome. Observou que o Consea vem desenhando um processo sistemático de monitoramento do Plano Brasil Sem Fome e informou que a SECF-MDS lançará no mês de junho uma plataforma com dados sobre a execução das ações do Plano nos estados e nos municípios, como estratégia de monitoramento do Brasil Sem Fome. Compartilhou que a SECF-MDS está produzindo um balanço sobre a execução do Brasil Sem Fome desde seu lançamento, em 31 de agosto de 23, com previsão de conclusão em julho. Explicou que o lançamento da EBIA é uma entrega do Brasil Sem Fome, já que a retomada do monitoramento da fome e da insegurança alimentar foi uma das primeiras medidas adotadas no âmbito desse Plano. Expôs que também será realizado o Mapa SAN, que será aplicado por meio das pesquisas MUNIC e ESTADIC do IBGE, e trará um mapeamento mais amplo sobre os equipamentos, os programas e as institucionalidades relacionadas com segurança alimentar nos municípios e nos estados. O resultado dessa pesquisa deve ser divulgado pelo IBGE no primeiro semestre de 2025. Divulgou a realização da 2ª edição da caravana do Brasil Sem Fome, no mês de abril desse ano, no arquipélago do Marajó-PA. Recordou

que a 1ª edição ocorreu em Alagoas, em dezembro de 2023. A Representante da SECF-MDS descreveu como a caravana do Brasil Sem Fome aconteceu no arquipélago do Marajó-PA, quais os municípios visitados, os desafios encontrados e os anúncios feitos. Compartilhou que foi iniciado um processo de atualização do Brasil Sem Fome. Recapitulou que a construção desse plano foi orientada por dentro do Sisan e amparada nas Recomendações do Consea que indicam que a fome é um problema estrutural, com múltiplos determinantes, e que precisava de ações não só emergenciais, mas também ações estruturantes. Avaliou que nesse momento de atualização do Brasil Sem Fome é oportuno de se coordenar com a construção do III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Nesse ponto, refletiu sobre o desafio de garantir que o III PLASAN, instrumento que operacionaliza a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incorpore o Brasil Sem Fome e que ambos instrumentos se fortaleçam mutuamente. Comentou que esse desafio já foi colocado para a Mesa Diretiva e, passando para o informe sobre o III PLANSAN afirmou que é preciso que o processo de construção do III PLANSAN contribua para a consolidação do Sisan no país como um todo. Salientou a importância de que esse processo contribua para que as estratégias estaduais de combate à fome passem por dentro das instâncias do Sisan. A Representante da SECF-MDS avaliou a necessidade e que seja construída uma metodologia capaz de definir grandes metas nacionais para o Sisan e que essas grandes metas possam envolver o conjunto das instâncias do sistema. Compartilhou que estão sendo consideradas as recomendações da 6ª CNSAN, que é que tem já contemplado no PPA, o que está previsto no Brasil Sem Fome, e a experiência dos planos anteriores para a definição da metodologia do III PLANSAN. Expôs que foi feito diálogo com o Ministério do Planejamento sobre indicadores e a persistência de desafios relacionados à agenda de segurança. Além disso, resgatou a reflexão sobre os dados da EBIA que foram apresentados nesta Plenária do Consea e o desafio de chegar ao 8,7 milhões de pessoas que ainda passam fome no Brasil. Detalhou que o cronograma de elaboração do PLANSAN deve durar 4 meses, contendo oficinas intersetoriais no âmbito da Caisan, para pactuação com os ministérios. Nesse processo, também estão sendo pensados instrumentos de escuta e de consulta também com as Caisans e os Conseas estaduais, bem como de consulta pública. A Sra. Luiza Trabuco disse que compreende que o processo de elaboração do PLANSAN incorpora o aspecto da participação social, porque suas principais diretrizes vêm da 6ª CNSAN, além de a SECF-MDS estar comprometida em envolver mais intensamente o Consea na elaboração desse Plano, seja por meio da participação do conselho em GT, seja por dentro das próprias Comissões Permanentes, com um trabalho de priorização. Concluiu sua falando sistematizando os próximos passos da elaboração do III PLANSAN referentes à construção da metodologia, à criação do grupo de trabalho, discussão com a Mesa Diretiva e definição de calendário. A Presidenta do Consea retomou a palavra e agradeceu pelos informes. Prosseguiu dizendo que antes do encerramento da Plenária seria apreciada uma Nota de solidariedade, a todas as pessoas do Rio Grande do Sul. A Presidenta do Consea fez a leitura do texto, informou que o material seria publicado nos canais de comunicação do Conselho e pediu a difusão por parte da plateia. Para finalizar, compartilhou que na noite anterior, o Gabinete do Presidente da República chamou a Presidência do Consea,

a SECF-MDS e os pesquisadores da Rede PENSSAN, para que fizessem uma apresentação dos dados que foram mostrados nessa Plenária, ao Presidente da República. Relatou que o Presidente da República demonstrou muito interesse pelas informações apresentadas e demonstrou uma indignação legítima com a persistência da fome em mais de 8 milhões de pessoas. No entendimento da Presidenta do Consea, esse foi um momento de importância confluência política que demonstra a importância das discussões construídas no âmbito desse conselho. Agradeceu aos que estiveram presentes nos dois dias de trabalho intenso. Informou que a próxima Plenária acontecerá em 17 e 18 de junho, de forma remota. Observou que dentro de algumas semanas a Mesa Diretiva se reunirá para fazer o planejamento e, na sequência a pauta será divulgada. Adiantou que uma pauta que está encaminhada é a apresentação do Plano de Abastecimento por parte do MDA e da Conab. Agradeceu e desejou boa viagem a quem iria viajar. Como resultado dos trabalhos dessa sessão Plenária 03 (três) recomendações foram lidas, debatidas e aprovadas, a saber: Recomendação nº 4/2024/CONSEA/SG/PR – sobre a regulamentação do Marketing Digital dos Substitutos do Leite Materno; Recomendação nº 5/2024/CONSEA/SG/PR – sobre articulação para que as populações indígenas sejam consultadas quanto à adequação da composição das cestas de alimentos entregues em seus territórios; Recomendação nº 6/2024/CONSEA/SG/PR – sobre a construção e lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Foi lida, debatida e aprovada 01 (uma) Resolução, a saber: Resolução nº 2/CONSEA, de 16 de maio de 2024, sobre os critérios e o processo de composição da comissão responsável pela elaboração da lista das organizações representantes da sociedade civil, a ser submetida ao Presidente da República para compor o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea no mandato 2025-2027. Foi aprovada a proposta de instituição de 01 (um) Grupo de Trabalho para a construção de um marco de referência de cultura alimentar para as políticas públicas. Encerrada a 2ª Reunião Plenária Ordinária de 2024, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Marília Mendonça Leão

Secretária-Executiva

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 31/01/2025.